

Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPE
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Mestrado em Serviço Social

Sujeitos em Cena:
Processo de organização dos movimentos sociais
em - Palmas/TO 1989/2008.

Mestranda: Maria José Antunes da Silva

Goiânia, outubro de 2009.

Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPE
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Mestrado em Serviço Social

Sujeitos em Cena:

**Processo de organização dos movimentos sociais em - Palmas/TO
1989/2008.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof^a Dr^a Sandra de Faria.

Mestranda: Maria José Antunes da Silva

Goiânia, outubro de 2009.

S586s Silva, Maria José Antunes da.
Sujeito em cena : processos de organização dos
movimentos sociais em Palmas/TO, 1989/2008 / Maria José
Antunes da Silva. – 2009.
119 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás,
Departamento de Serviço Social, 2009.
“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra de Faria”.

1. Movimentos sociais – Palmas (TO) – 1989-2008. 2.
Moradia – luta – história - Palmas (TO). 3. Tocantins –
institucionalização político-administrativa. 4. Direitos
humanos. I. Título.

CDU: 316.35(811.7)“1989/2008”(043.3)
316.334.54

FOLHA DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO de Mestrado pelo Programa de
Pós Graduação (Scriptu Sensu) em Serviço Social
Defendida em 06 de maio de 2009 e
avaliada como conceito "A", com nota 9,0 atribuída
pela banca examinadora

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Sandra de Faria
Orientadora: Universidade Católica de Goiás

Profa. Dr. José Adelson da Cruz
Titular, Universidade Federal de Goiás (UFG)

Profa. Dra. Walderez Loureiro Miguel
Titular, Universidade Católica de Goiás (UCG)

Profa. Dra. Maria José de Faria Viana (suplente)
Suplente, Universidade Católica de Goiás (UCG)

“Para que os homens consigam fazer história, é absolutamente necessário, em primeiro lugar, que encontrem condições de viver; de poder comer, beber, vestir-se, alojar-se etc.”

Marx e Engels (1989, p XXV)

AGRADECIMENTOS

Os dois anos de estudo e pesquisa exigiram uma intensa dedicação ao Programa de Mestrado em Serviço Social e, foram fundamentais o apoio e a motivação das pessoas queridas que acompanharam esta trajetória.

À minha recém-criada família nas pessoas do Robson e Artur, companheiro e filho que não evitaram esforços para me apoiar, deixando parte de suas vivências cotidianas, para acompanhar as demandas de estudo em decorrência da pesquisa que ora se apresenta.

À minha querida mãe que se pôs a minha inteira disposição, abandonando seus afazeres, para dar o suporte necessário na hospedagem em Goiânia com o Artur, onde recebemos todo o conforto, carinho e cuidado.

Às minhas irmãs Silvania e Marilene e irmão David que, com muita paciência, ofereceram horas das suas vidas para me apoiar na realização deste mestrado.

Ao meu irmão Ozires e Helivando, minha cunhada Celeste e minha sobrinha Kamila, aos meus tios, tias, primos e primas, em especial, Claudivino, Roni, Robson, Ivanda, Charliston e José.

Ao meu sogro Ermelito, sogra Maria do Carmo, cunhados Riviane, Leandro, Rômulo e Rubiane, pelo apoio e torcida.

Aos amigos de Palmas, Vanir, Evandra, Raquel, Elita, Aldo, Eliene, Vilson, Miquilena, Junior, Patrícia, Salomé, Salete, Dona Helena, Sr Raimundo pelo apoio e torcida.

À amiga e companheira Prof^a Dr^a Omari Ludovico.

Às minhas colegas e meus colegas do mestrado.

À Profª Drª Maria Tereza Canesin, por sua valorosa contribuição.

À Universidade Católica de Goiás, por seu perfil comunitário, pelo compromisso estabelecido com o ensino e a aprendizagem, com a integração acadêmica do ensino, da pesquisa e da extensão.

À Profª Drª Regina Sueli e à coordenação do Programa de Mestrado em Serviço Social, por seu atencioso trato com os mestrandos e as mestrandas.

Aos Professores do Programa de Mestrado, por sua dedicação e compromisso com a formação.

Ao Fundplub, programa de financiamento que contribui para a efetivação deste Mestrado.

Às Professoras, Drª Walderez Loureiro Miguel e Drª Lúcia Maria Moraes, pelas contribuições na Banca de Exame de Qualificação.

Aos professores Drª Walderez Loureiro Miguel e Drº José Adelson da Cruz, por terem aceitado participar da Banca de Defesa deste Mestrado.

À Profª Ms. Lacy Ramos Jubé Ribeiro pela generosa e cuidadosa revisão do texto.

À orientadora e Profª Drª Sandra de Faria, pela disponibilização de sua maturidade teórica, seu compromisso com as orientações, e pela sua generosidade em disponibilizar o melhor de si e de seus recursos nesta orientação.

Aos movimentos de moradia e de direitos humanos e ao Fórum de Lutas, Terra, Trabalho e Cidadania, representados por Bernadete, Luzia, Silvano, Paulão, Cirineu, Fátima Dourado, Jozelito, Bismarque, José Afonso, Vanir, Érita, e Salete pelas informações e disponibilização dos documentos das instituições das quais fazem parte.

Por fim, um especial agradecimento a Deus por ser minha fortaleza nesta trajetória de Mestrado, por conceder-me coragem para lutar pelas condições necessárias para concluí-lo.

SUMÁRIO:

Siglas-----	09
Lista de quadro-----	11
Resumo-----	12
Abstract-----	12
Introdução-----	14

CAPÍTULO I -----20

Os Movimentos Sociais na Contemporaneidade-----	20
1 – Concepções em torno do tema-----	20
1.1 - Caracterização dos movimentos sociais-----	30
1.2 – Democracia e participação popular-----	33
2 - Renovação e conservadorismo-----	35
2.1 - A Reprodução Social no Capitalismo e os Movimentos Sociais-----	40
2.2 - As Lutas da Classe Trabalhadora-----	45

CAPÍTULO II-----48

Movimentos Sociais e a Criação do Estado do Tocantins-----	48
1 - Uma Luta Secular – Um Estado Criado-----	48
2 - Palmas – A capital – contextualidade e materialidade histórica-----	61

CAPÍTULO III-----66

Sujeitos em Cena: processo histórico dos movimentos sociais em Palmas/TO--	66
1 - Fórum de Lutas dos Movimentos Sociais Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins-----	66
2 - A organização dos Movimentos Sociais em Palmas/TO-----	69
2.1 – Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM/TO-----	72
2.2 – Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH: Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP-----	77

3 - Sujeitos em cena e a dialética movimento e Institucionalidade-----	83
3.1 – Estado e os movimentos sociais-----	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	94
REFERÊNCIAS-----	101
OUTRAS FONTES-----	109
ANEXOS-----	110

SIGLAS

ASCAMPA Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO.

CDHP Centro de Direitos Humanos de Palmas.

CEDECA TALITA, CÚMI Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.

CENOG Casa do Estudante do Norte Goiano.

CEP Centro de Educação Popular.

CIMI Conselho Indigenista Missionário.

CMAS Conselho Municipal de Assistência Social.

CMDCA Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CONORTE Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano.

CONSEA Conselho Estadual de Segurança Alimentar.

COOPTER Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural.

CUT Central Única dos Trabalhadores.

DCE Diretório Central dos Estudantes.

ENESSO Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

FETAET Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins.

GIAMA Associação grupo Ipê Amarelo pela livre orientação sexual.

GRUCONTO Grupo da Consciência Negra no Tocantins.

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

LGBT Lésbicas, Gays , Bissexuais e Transgêneros.

ME Movimento Estudantil.

MMC Movimento das quebradeiras de coco.

MNLM Movimento Nacional de Luta Pela Moradia.

MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos.
MST	Movimento dos Sem Terra.
MSU	Movimento dos Sem Universidade.
NUPESC	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Estado, Sociedade e Cidadania.
ONG	Organização Não Governamental.
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular.
PSH	Programa de Subsídio Habitacional.
SECETO	Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado Tocantins.
SEDH	Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.
SFH	Sistema Financeira de Habitação.
SINDFISCAL	Sindicato dos Fiscais do Estado do Tocantins.
SINTCIMTO	Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e mobiliária do TO.
SINTET	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins.
SINTRAS	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde.
SINTSEP	Sindicato dos Servidores Públicos Federais.
UCG	Universidade Católica de Goiás.
UEE	União Estadual dos Estudantes.
UFT	Universidade Federal do Tocantins.
UNE	União Nacional dos Estudantes.

LISTA DE QUADROS

Quadro I-----58

RESUMO:

A presente Dissertação resulta da investigação sobre o processo histórico de organização dos Movimentos Sociais em Palmas/TO nos períodos de 1989 a 2008, com ênfase na trajetória das organizações de direitos humanos e de luta pela moradia de Palmas/TO. A dissertação compreende a análise do contexto em que surge o estado do Tocantins, sua institucionalização político-administrativa, resultado de uma luta secular, e a constituição do município de Palmas, sua capital. As contradições societárias, numa análise da constituição da sociedade burguesa, encaminham as reflexões na perspectiva de compreender a relação renovação/conservadorismo, as suas configurações na reestruturação produtiva, enfatizando as lutas sociais e seus protagonistas. A organização dos movimentos de direitos humanos e de moradia, como sujeitos coletivos na cena política do Tocantins, é analisada na medida em que como movimentos sociais vivenciam a dialética movimento social e institucionalidade. Reconhecidos, como sujeitos em cena, enfrentam desafios, principalmente na sua forma de organização e de se relacionar com o Estado.

Palavras chave: *Movimentos Sociais, institucionalidade, democracia e participação popular.*

ABSTRACT:

The following paper is the result of the investigation on the historical organization process of the Social Movements in Palmas/TO from 1989 to 2008, emphasizing the history of human rights movements and the struggle for housing in Palmas/TO. The Paper analyses the context in which the state of Tocantins is created, its political-administrative institutionalization and the transformation of the city of Palmas into the state's capital. The social contradictions, on a *bourgeoisie* constitution analysis, guide reflexions to a

perspective of understanding the relation between renovation and conservativeness, the configuration in the your productive restructuring, emphasizing its social fight and your's protagonist. The organization of the human rights movements and the struggle for housing while collective subjects in the political scene of the state of Tocantins, is analyzed as social movements that live both the dialectics social movement and institucionality. Recognized as main subjects in the scenario they face the challenge in the organization of the social movements nowadays, mainly on its form of organization and the way it relates to the State.

Key Words: Social Movements, Institucionality, Democracy and popular participation.

INTRODUÇÃO

A orientação para estudar a temática dos movimentos sociais reporta-se à trajetória da mestrandia na militância no Movimento Estudantil¹, no decorrer da formação profissional, na Universidade Católica de Goiás - UCG e à inserção no Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM do Tocantins.

A participação em diferentes processos e movimentos possibilitou perceber as contradições existentes no interior do movimento social, e ainda, identificar a contribuição dos movimentos sociais na construção de uma outra ordem societária.

Na graduação em Serviço Social, a elaboração da Monografia de conclusão do curso, sobre o tema “A Trajetória do Movimento de Direitos Humanos em Goiânia”, confirmou o desejo de prosseguir na mesma temática e pesquisar a organização dos Movimentos Sociais em tempos de transformações societárias. A militância nos Movimentos Sociais e a pesquisa realizada para a monografia evidenciaram que na atualidade existe uma série de mudanças, na forma de agir e de organizar dos Movimentos Sociais.

A pesquisa e a dissertação que integram o mestrado em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás – UCG direcionam essa intenção para o estudo sobre o processo de organização dos Movimentos Sociais em Palmas/TO.

Para tanto, procurou-se identificar as tendências teórico-conceituais dos movimentos sociais, as contradições em que estão inseridos, o contexto em que surgem o Estado do Tocantins e o município de Palmas, bem como os poderes que se consolidam, e a ocorrência da organização dos movimentos sociais a partir das configurações da realidade posta na sociedade, e à medida em que os

¹Inserção em entidades como Centro Acadêmico de Serviço Social XV de maio, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - Enesso, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de Goiás – DCE/UCG e a União Estadual dos Estudantes de Goiás – UEE/GO de 2002 a 2004.

movimentos sociais provocam transformações no contexto em que estão inseridos.

Considera-se a dialética, movimento social e Instituição, na sua relação de movimento social institucionalizado e na relação com o Estado.

Essas referências e o estudo da temática dos movimentos sociais embasam a dissertação sobre os "Sujeitos em Cena: Processo de organização dos movimentos sociais em - Palmas/TO 1989/2008".

Integra a dissertação, a pesquisa teórico-metodológica e empírica, que conforme Canesin (1993) visou analisar os movimentos sociais em sua estrutura participativa, sua natureza, heterogeneidade, temporalidade, contextualidade e a materialidade histórica em que estão inseridos, os momentos de crise e conflitos agudos.

Os objetivos propostos para o projeto de pesquisa possibilitaram compreender os desafios que os movimentos sociais enfrentam no cotidiano de suas ações, as contradições em que estão inseridos e a busca de libertação da opressão.

A pesquisa empírica e bibliográfica, a cerca dos Movimentos Sociais em Palmas, centrou-se no seu processo histórico e sua "recente criação" no Norte do Brasil. A coleta de dados em fontes documentais, tais como: atas, jornais, relatórios, fotos, projetos, estatutos, regimentos internos e folderes, priorizando as fontes e documentos do Fórum Estadual de Lutas dos Movimentos Sociais por Terra, Trabalho e Cidadania² e dos movimentos que compreendem os segmentos de direitos humanos e questões urbanas, organizados em Palmas/TO, após a década de 1990.

²Este Fórum é composto por Movimentos Sociais do estado do Tocantins que se reúnem todo mês na sede do Centro de Direitos Humanos em Palmas, para discutirem as bandeiras comuns e fortalecerem as lutas populares.

Ao pesquisar as características especificadas, conforme Miranda (1997) elegeu-se, intencionalmente, elaborar a caracterização dos seguimentos de direitos humanos e de luta por moradia, com os dados empíricos das seguintes Organizações Sociais: Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP e Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM/TO.

A pesquisa requereu sistematizar referências históricas sobre a luta secular que antecede a criação do Estado do Tocantins, em 1988, e a fundação de sua capital – Palmas, em 1989, filtrando elementos significativos para investigação sobre o processo de organização dos Movimentos Sociais em Palmas – To.

Do ponto de vista analítico, foram relacionados aspectos relevantes do contexto histórico e sua materialidade, e ainda foram formuladas as seguintes indagações: Em que contexto histórico se organizam os Movimentos Sociais do Tocantins? Sob que contradições se encontram esses movimentos sociais? E ainda, qual ou quais o(s) mecanismo(s) que fortalecem os movimentos e organizações sociais?

A dissertação elaborada estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo, objetivou-se expor os referenciais teórico-conceituais que se destacaram como fundantes, na análise do tema dos movimentos sociais. Recolhidos em diferentes autores, em ampla pesquisa bibliográfica, reuniu diferentes elementos para a discussão das questões acima relacionadas. Entende-se que conceitualmente toda e qualquer aproximação à questão do que é movimento social, é uma tarefa bastante complexa, pois a sua conceituação é permeada por várias vertentes teóricas e experiências históricas.

No entanto, é importante considerar que na atualidade, mais especificamente após a década de 1970, houve mudanças societárias e novos elementos, conceitual e histórico, são elaborados sobre os movimentos sociais.

Entre as teses que caracterizam os debates contemporâneos, identifica-se polêmicas entre diferentes autores e estudiosos da temática, expressas nas interpretações sobre o surgimento de novos movimentos sociais, como movimentos revolucionários que contrapõem os movimentos de trabalhadores deste período, que tinham como bloco hegemônico a social democracia, e interpretações de autores que analisam os novos movimentos sociais como movimentos aclassistas, com o abandono da discussão de classe social e ênfase no campo da cultura política.

Neste capítulo, recorre-se ao debate sobre a democracia, ponto de forte inflexão, vivenciada nos movimentos sociais, e seus nexos com as tendências consideradas como predominantes a partir da relação renovação/conservadorismo, movimentos sociais e suas conquistas históricas e as lutas da classe trabalhadora. Numa análise sobre a sociedade burguesa, e do rompimento da burguesia com a classe trabalhadora, a partir dos acontecimentos de 1848.

No segundo capítulo, o foco é a materialidade histórica em que os movimentos sociais do Tocantins estão inseridos, com uma breve síntese do processo histórico da sua constituição, observando as lutas seculares deste Estado emancipado em 1988, integradas ao antigo norte goiano, hoje Tocantins. A luta por sua autonomia remonta ao período da monarquia. E, constituiu-se palco das mais variadas formas de lutas, o Estado do Tocantins congrega os sujeitos coletivos que participam ativamente da luta pela sua emancipação.

Nesse processo, realizou-se um estudo da constituição histórica do Estado em que se encontram os movimentos sociais, quando se observou sua força, suas lutas e prática social.

O terceiro e último capítulo sistematiza o exame das estruturas participativas e de organização do *Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins*, como estratégia de articulação entre os diversos movimentos sociais. Recupera-se a conjuntura em que foram criados, suas

principais bandeiras de lutas e suas principais ações, assim como a caracterização deles de acordo com estudos de Miranda (1997).

O estudo das estruturas participativas e a experiência de organização de luta das organizações sociais de Direitos Humanos e Moradia de Palmas - organizações reconhecidas pela materialidade de suas ações - possibilitou ensaiar reflexões sobre os processos de metamorfoses do Estado brasileiro, avaliar seu processo histórico e a relação institucional Estado-sociedade, estabelecida com as organizações sociais.

O Fórum Estadual de Lutas constitui-se em estratégia de luta dos movimentos sociais no Tocantins e de articulação com outros movimentos de defesa daquela região amazônica, para além do Estado.

Ao propor essa discussão foram formuladas algumas indagações, tais como: O que é movimento social? No que se constitui organização social? Por que identificar novos movimentos sociais? Quais as tendências consideradas como predominantes a partir do debate da democracia e relação renovação/conservadorismo? Quais as características predominantes nos movimentos sociais? Em que contexto histórico se organizam os movimentos sociais do Tocantins? Sob que contradições se encontram estes movimentos sociais? E ainda, qual ou quais o(s) mecanismo(s) de fortalecimento destes movimentos?

Ressalta-se que, para o alcance da discussão destas questões, faz-se necessário o aprofundamento do estudo das questões teórico-conceituais que gravitam em torno do tema, o estudo do contexto histórico do Estado, ressaltando-se o processo separatista do Norte de Goiás, a criação do Estado do Tocantins, os poderes que se consolidaram com essa separação e a relação com os movimentos sociais.

Para realização da pesquisa empírica, delimitou-se a análise da organização do *Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do*

Tocantins, a partir do mapeamento e caracterização das organizações e movimentos sociais que o compõem, da conjuntura em que foi criado e de suas lutas. E assim, analisa-se o processo histórico dos movimentos sociais e suas estratégias de organização na atualidade, a mudança na sua estrutura social, bem como a relação Estado e Sociedade Civil.

Finalizando, a Pós-graduação *Stricto Sensu* assegura à mestranda uma formação e qualificação ampliada para pesquisa e intervenção profissional, confirmada, ao se obter o título de Mestre em Serviço Social. Registra-se ainda que a pesquisa, que tem como resultado esta dissertação, obedece às normas da Resolução 196/96, do Ministério da Saúde – MS, com parecer consubstanciado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Goiás – UCG.

CAPÍTULO I

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

1 – Concepções em torno do tema

A elaboração deste capítulo retoma as indagações que se projetaram com a delimitação do objeto de estudo, o processo investigativo sobre os conceitos e noções que gravitam em torno do tema movimentos sociais.

Nesse sentido, sobressaem as seguintes indagações: O que é movimento social? No que se constitui organização social? Por que identificar novos movimentos sociais? Quais as tendências consideradas como predominantes a partir do debate da democracia e da relação renovação/conservadorismo? Quais as características predominantes nos movimentos sociais?

Vale ainda, enfatizar que na análise sobre o processo de organização dos movimentos sociais em Palmas/TO, problematizou-se o modo como a sociedade atual, as transformações do mundo do trabalho e das relações sociais provocam mudanças nas formas de atuação e organização dos movimentos sociais.

Diante do exposto, observa-se que este capítulo tem por objetivo expor os referenciais teórico-conceituais fundantes na análise do tema dos movimentos sociais, reunindo diferentes elementos para a discussão das questões acima relacionadas.

Desta forma, conceitualmente, o que é movimento social? Toda e qualquer aproximação a esta questão é uma tarefa bastante complexa, pois a sua conceituação é permeada por várias vertentes teóricas e experiências históricas.

Neste sentido, as fontes teóricas e conceituais, com grande influência na teorização e discussão dos Movimentos Sociais, possibilitaram apreender, os

conceitos de estrutura-superestrutura, projetos societários e projetos políticos, dialética movimento e institucionalidade, consciência e democracia, renovação e conservadorismo.

Para Scherer-Warren (1989), os movimentos sociais são grupos que se reúnem em busca de libertação contra a opressão seja ela qual for. Lembrando que para a autora, a luta contra a opressão pode ser expressa de várias maneiras, como reivindicações mais agressivas ou menos agressivas. Podem se expressar das mais variadas formas de pressões como greves, manifestações, dentre outras, como podem também ser apáticas. Porém, a luta pela libertação para ocorrer faz-se necessário um agir ativo dos sujeitos envolvidos.

Conforme, ainda aquela autora, a categoria analítica dos movimentos sociais foi criada por Lorenz Von Stein, aproximadamente em 1840. Para o autor deveria haver uma ciência da sociedade que estudasse os movimentos sociais.

As discussões sobre a sociologia dos movimentos sociais, de acordo com Scherer-Warren (1989), têm abordagens da tradição marxistas (Lênin, Lukács e Gramsci) que trabalham respectivamente a questão da vanguarda, a questão da consciência de classe e a questão da direção cultural.

Na perspectiva da tradição marxista, Gohn (1997, p. 171)³, discute que a:

(...) análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação.

Seguindo a análise dessa perspectiva, Scherer-Warren (1989) ao considerar Lênin, aborda a questão da vanguarda, dizendo que este autor marxista acreditava que dificilmente os trabalhadores conseguiriam nas suas

³ Maria da Glória Marcondes Gohn é estudiosa dos movimentos sociais, com várias obras publicadas, o texto a que se refere a nota a seguir, encontra-se em seu livro "Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos", este contém um denso estudo sobre os paradigmas dos movimentos sociais.

relações cotidianas, compreender a totalidade das contradições de classe, e para isto ser possível acredita na necessidade da existência de um grupo de vanguarda revolucionária, composto por profissionais, que seriam intelectuais que subsidiariam teoricamente os trabalhadores. Coloca ainda, que a vitória da classe operária só seria possível com a devida articulação entre a vanguarda e a participação e organização das massas.

Scherer-Warren (1989) analisa que Lukács, em sua discussão sobre consciência de classe, retoma o postulado de Marx onde expressa que os homens fazem sua própria história. Mas, lembra que os homens podem fazer sua própria história com uma falsa consciência, posto que as relações sociais são reificadas⁴ e que na sociedade capitalista, somente por meio da luta de classe é que está posta as possibilidades da gestação da verdadeira consciência de classe.

Vale destacar nessa discussão que ser militante ou ator social implica ter condições objetivas e subjetivas para tal. Segundo Marx e Engels (1989, p. XXV), *“Para que os homens consigam fazer história, é absolutamente necessário em primeiro lugar, que encontrem condições de viver; de poder comer, beber, vestir-se, alojar-se e etc.”* Portanto, referenciam a necessidade de apreender como as condições objetivas – estrutura - e subjetivas - superestrutura - da sociedade interferem diretamente na organização dos movimentos sociais.

A estrutura e a superestrutura fazem parte de *“um conjunto complexo, contrário e discordante”* (Gramsci, 1978, p. 53). A estrutura representa os processos objetivos da vida dos sujeitos, enquanto a *“superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”*. Neste sentido, a superestrutura tem uma interferência e influência diretamente na estrutura, nas condições objetivas da prática dos sujeitos.

⁴Partindo de Marx, Lukács examina o fenômeno da reificação, quando sob o capitalismo as relações entre pessoas tomam o caráter de uma coisa, produzindo a alienação humana e a falsa consciência (Scherer-Warren, 1989, p. 53).

Assim, a construção de uma consciência crítica, no âmbito de reprodução social passa pela superação dos condicionantes, relacionados às condições objetivas, pelo protagonismo dos agentes envolvidos, como parte do processo de construção da sua própria história e pelas organizações dos movimentos sociais como espaços de coletivização dos níveis de consciência.

O horizonte de apreensão das contradições da sociedade capitalista na vertente marxista, pela perspectiva histórica, dialética e materialista dota os homens de sua condição de sujeitos que constroem a si próprios, como ser social, neste sentido os processos sociais podem, conforme Guerra (2002), serem conhecidos e reconhecidos por este ser social.

Para Lukács (1992, p. 92):

(...) o ser social em seu conjunto e em cada um de seus processos singulares pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar independentemente do ser da natureza, como uma antítese que o exclui, como ocorre em grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados "domínios do espírito". Todavia, com igual clareza, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade (...). As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, para depois se tornarem cada vez mais declaradamente sociais.(...)

O ser social é composto por estes modos de ser dos sujeitos pela sua própria reprodução e pela consciência de produção. Numa sociedade desigual, ao considerar que a divisão econômica e social provoca uma série de conflitos, a participação social pode representar uma séria ameaça. Por isso, sua realização, quando não é coibida, é dificultada, gerando conflitos que impedem sua participação efetiva.

A sociedade capitalista passa por uma série de metamorfoses, na sua gênese, em diferentes ciclos, orientando o crescimento, o desenvolvimento e as crises para a acumulação e valorização do capital.

É a partir do entendimento da gênese, desenvolvimento e metamorfoses da sociedade burguesa que se empreende o estudo sobre os atores sociais, no

caso os movimentos sociais, capazes de provocarem profundas transformações na sociedade moderna.

Seguindo as abordagens marxistas, Gramsci *apud* Scherer-Warren (1989), analisa a questão da direção cultural, considera-a eixo fundamental na construção da práxis de transformação cultural e na preparação ideológica. Para ele, o socialismo também faz parte de outra cultura e sem esta nova cultura jamais se poderia realizar as potencialidades de uma organização rumo à outra ordem possível e necessária.

Para Gramsci (1978, p. 13-14):

Criar uma cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também; e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.

A exemplo dos possíveis efeitos negativos de não se criar outra cultura, vale recorrer às análises de Gohn (1995), sobre as transformações ocorridas no Brasil, fortemente influenciadas pelos movimentos sociais, no entanto, muitos orientados pela ideologia liberal, que em determinados momentos, usavam as massas para legitimar suas lutas das quais os liberais saíam vitoriosos.

Para Gohn (1995), as massas não tinham clareza de como essas transformações influenciariam suas vidas. Em sua análise, a ideologia liberal traz, por sua própria lógica do privado e da acumulação dos lucros, à impossibilidade de repartir as riquezas com todos, já que ela é produzida socialmente, mas apropriada individualmente.

Neste sentido, para superar essas questões, é necessário elevar o senso comum na construção de uma outra cultura, para isto Gramsci (1978, p. 27), sugere que é necessário:

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literalmente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornar-se os seus sustentáculos.

Scherer-Warren (1989), em seus estudos, analisa também, as tendências contemporâneas dos movimentos sociais, abordadas por Laclau ao relacionar o povo contra o bloco de poder, Dahrendorf sobre os grupos de conflito, Touraine ao discutir os movimentos sociais e Guattari com a revolução molecular.

Aquela estudiosa aponta que Laclau é autor contemporâneo marxista que aprofunda questões trabalhadas por Gramsci, ao estudar o movimento da dialética entre povo e classe, em sua oposição ao bloco no poder.

Scherer-Warren (1989) afirma, ainda, que nem toda contradição é contradição de classe, mesmo lembrando que toda contradição é sobremaneira pela luta de classe.

Conforme Scherer-Warren (1989), Dahrendorf analisa a abordagem funcionalista da sociedade, inclusive com forte influência dos autores neofuncionalistas. Dahrendorf realiza uma revisão crítica da teoria marxista e não marxista e chega à teoria do conflito.

Touraine, Guattari e Castoriadis, conforme Scherer-Warren (1989), estão no grupo dos autores que pretendem superar o marxismo ortodoxo. Para Touraine, o movimento social é o coração da vida social e estes são responsáveis nas suas vivências cotidianas por transformações sociais. Guattari

avança no sentido de considerar que há necessidade de revolução permanente e molecular, tendo como foco o interior de cada indivíduo.

O debate, realizado por Scherer-Warren (1989), expõe as diferentes correntes teóricas de análises dos movimentos sociais, elementos fundamentais na apreensão da temática, e ainda, a possibilidade de perceber que campo teórico o pesquisador pretende percorrer, se na abordagem clássica da tradição marxista ou nas tendências contemporâneas dos movimentos sociais.

Ao prosseguir na análise teórico-conceitual dos Movimentos Sociais, constata-se que especificamente, após a década de 1970, alguns pesquisadores da temática sobre os Movimentos Sociais depararam-se com uma nova nomenclatura, a dos *Novos Movimentos Sociais*. Para diferentes autores, seriam novos atores em busca do atendimento às novas demandas, postas pela sociedade capitalista.

Outro estudo significativo sobre movimentos sociais encontra-se na tese de doutoramento *Movimentos Sociais no Brasil: balanço da literatura*. No entendimento de Laclau *apud* Miranda⁵ (1997), as novas lutas sociais quebram a unidade característica do paradigma marxista que trabalha com a totalidade e, aí, surge o indivíduo fragmentado. Ainda, conforme Martes *apud* a mesma autora, os novos movimentos sociais são interclassistas, e sua forma organizacional baseia-se no diálogo por afinidades culturais.

Analisar os movimentos sociais, como *novos movimentos sociais* passa por uma linha de reflexão com enfoque centrado na cultura política. Miranda (1997, p.72) assegura que esta linha analítica faz uma revisão do marxismo, fundamentando-se nas contribuições teóricas dos autores: Gramsci, Touraine, Thompson e Castoriades.

⁵ Esta autora faz uma importante revisão da literatura brasileira dos movimentos sociais, resultado deste estudo é sua tese “Movimentos Sociais no Brasil: balanço da literatura”, que ora é referenciada neste estudo.

Em outro enfoque teórico-conceitual, considerando a linha analítica dos movimentos classistas, Bihl⁶ (1998) no seu estudo, analisou a crise do movimento operário e a hegemonia da tendência política da social-democracia. Para o autor, nesse momento de crise surgiram novas alternativas de lutas e novos revolucionários. Em sua análise, da crise dos movimentos de trabalhadores, identificou que no período da década de 1970, viu-se um rápido desenvolvimento nos países ocidentais dos chamados Novos Movimentos Sociais, no processo de construção de práticas alternativas para a ruptura da ordem vigente. Esses movimentos apresentam-se descolados dos movimentos de trabalhadores, fora da esfera de produção.

Bourdieu⁷ (1998, p. 72) traz para o debate os movimentos sociais de 1995 da Europa, com novos objetivos e comportamento de atores coletivos, capazes de fornecer um “*verdadero proyecto de sociedad*”, foram para as disputas de hegemonia nos espaços sociais como os outros movimentos revolucionários dominantes. Esses movimentos, a exemplo do movimento dos caminhoneiros, para o autor, não eram esperados pela sociedade, mas provocam importantes ações com significativos resultados.

Prosseguindo, nesta análise e problematização dos enfoques conceituais e políticos, destaca-se Vidal (1995, p. 151) que considera a configuração existente de novos elementos dentro da sociedade capitalista, conforme relata:

(...), es un aspecto nuevo, todavía no existían las nuevas tecnologías en los países industrializados del Norte y del Sur, (...). Esta nueva dinámica de las sociedades industriales, la cibernética, las formas de computarización masiva no existían en los años 20, en los años 30. Esos serían nuevos, la lucha contra-dinámica expansiva de destrucción, ya no de la naturaleza desde un punto de vista global, sino desde un punto de vista de la esfera íntima de las personas (...). Esa sería la dinámica creada por las nuevas sociedades industriales, dinámicas que no existían simplemente en el inicio de siglo y este sería el aspecto nuevo, la lucha contra esas esferas anteriormente

⁶Este autor ao discutir a entrada dos Novos Movimentos Sociais na cena da sociabilidade capitalista, os vê como alternativa aos movimentos da época que não lutavam em defesa das classes trabalhadores, compreende-se que este enfoque é diferente do trabalho por autores atuais que discutem os Novos Movimentos Sociais, como movimentos aclassistas.

⁷ Bourdieu, Pierre (1998), autor contemporâneo, elabora o livro *Contrafuegos: tácticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Neste livro, reúne vários textos, que discutem questões cujos efeitos nem eram pontuais, nem ocasionais, mas presentes no cotidiano dos movimentos sociais.

desconocidas o poco desarrolladas todavía dentro del sistema capitalista mundial.

Segundo este autor, as mudanças nas formas de agir dos Movimentos Sociais são respostas às novas manifestações da sociedade capitalista moderna.

Na análise desses conteúdos, de forma breve e sucinta, foram identificadas duas questões importantes: de um lado, o “novo” movimento social, discutido por Bihl (1998) e Bourdieu (1998), como movimentos que surgem da necessidade de apresentar uma “possível” alternativa às lutas dos movimentos sociais tradicionais. Nos dizeres de Bourdieu (1998), o que não representa deslocamento da questão de classe. O novo para estes autores também pode ser revolucionário.

Nessa direção, Vidal (1995) descreve as novas demandas postas pela sociedade capitalista, que se traduzem em novos elementos para os movimentos sociais. Observa-se que estes novos elementos se inserem no cotidiano dos movimentos sociais, e se constituem ferramentas de lutas.

De outro lado, na discussão de Miranda (1997), apresenta-se outra questão. Para ela, os autores contemporâneos que discutem sob o paradigma dos novos movimentos sociais operam o deslocamento da questão de classe, sendo estes movimentos aclassistas.

Ante o exposto, é mister considerar que a pesquisa que integra esta dissertação, sobre o processo de organização dos movimentos sociais em Palmas – To 1989/2007, fundamentou-se teórica e metodologicamente nas referências de análise proposta por Canesin (1993)⁸, delimitando o percurso da investigação sobre o movimento social.

Conforme Canesin (1993, p. 26):

⁸ CANESIN, M. T. desenvolveu este texto em sua tese de doutorado: “*Um protagonista em busca de interlocução: Um resgate histórico do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura de 1979/1989*”, PUC: São Paulo – 1993.” A tese faz um importante estudo deste Movimento Social, apontando o percurso para conhecer um Movimento Social.

(...) a) Todo movimento social é dotado de uma estrutura participativa em consequência de seu próprio objeto e experiência de organização de luta. b) Todo o movimento tem sua própria temporalidade, em grande medida definida por sua ação frente ao sistema de relações históricas. Também, ainda que todo o movimento social seja dotado de sua própria continuidade histórica e sua vivência cotidiana, os momentos de crise e conflito agudo são definidores de sua qualidade. Assim, a perspectiva analítica deve combinar o tempo diacrônico e sincrônico do movimento para compreender. c) Os movimentos sociais desenvolvem-se de forma multilateral heterogênea no espaço, em decorrência do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade. Essa particularidade faz com os movimentos tenham características e significados distintos em cada região determinada. d) Os movimentos sociais exercem efeitos sociais específicos sobre as relações sociais e sobre a sociedade, não somente como produto da ação do sujeito, porém, como produto de um campo de conflito em que os atores envolvidos na ação modificam-se a si mesmos através da interação recíproca e compartilhada para atingir uma meta.

Ao estudar os movimentos sociais é necessário considerar-se “(...) sua natureza, do ponto de vista de que classe ele emerge, quais as contradições que encerra e que luta desenvolve”. (Ghon apud Miranda, 1997, p. 45).

Para tanto, considera-se necessário compreender a realidade em que estão postos esses movimentos sociais e Santos apud Miranda (1997, p. 45) analisa que:

(...) o capitalismo Latino-americano, apesar de ter um dinamismo importante e conseguir avançar no desenvolvimento das forças produtivas, o faz sempre de uma maneira excludente, incapaz de resolver o problema da revolução. Por isso, é impossível pensar os movimentos sociais na América Latina fora desse contexto. Não se trata do conteúdo específico dos movimentos porque é evidente que o movimento de mulheres não é revolucionário em si mesmo, nem o movimento indígena, nem o movimento por moradia, nem o movimento de reforma agrária, nenhum deles é revolucionário isoladamente. Mas num contexto de um desenvolvimento capitalista não tem condições de integrar as demandas mais elementares desses setores, passam a ter um conteúdo revolucionário... (...) As forças políticas que orientam ou expressam estes movimentos serão a chave do seu destino. Se forem capazes de utilizar essa acumulação (de demandas) num sentido transformador e revolucionário colocarão a realidade sócio-econômica do País num novo patamar, a caminho do socialismo, ou sofrerão novas e cada vez mais brutais derrotas contra-revolucionárias, se não conseguirem se adaptar às novas circunstâncias.

Os movimentos sociais são fortemente influenciados pelos níveis de participação e sua heterogeneidade. E, são estes que definem a força das suas bandeiras, como relata Calderón e Jelim (1987, p. 76), ao tratarem sobre os

movimentos sociais, que *“uma característica própria da América Latina é que não existem movimentos sociais puros, ou claramente definidos, dada a multidimensionalidade não só das relações sociais, mas também dos próprios sentidos da ação coletiva”*.

Todo movimento tem sua própria temporalidade, segundo estes autores. E compreende o período histórico em que está vivendo, assim o jeito de agir será definido a partir das relações concretas, lembrando que quanto maiores os conflitos, maiores serão suas lutas e conseqüentemente os resultados atingidos.

Com esses elementos teórico-conceituais e metodológicos, desdobra-se a reflexão sobre o debate contemporâneo dos movimentos sociais e suas principais tendências de análises, estruturas e superestruturas e suas influências. Nos próximos itens deste capítulo, pretende-se ampliar o debate teórico-conceituais dos movimentos sociais, para identificar suas configurações atuais, por meio de sua caracterização.

1.1 - Caracterização dos movimentos sociais

Considera-se nesse item a reflexão e distinção entre movimento social, organização social e a caracterização desses movimentos, considerando que são questões que permeiam a discussão do objeto de estudo.

Para Cruz *apud* Ghon (2005, p. 81):

(...) os movimentos sociais representam forças sociais organizadas que aglutina as pessoas não como força tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividade e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e de inovações socioculturais.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais são grupos que se organizam em torno de lutas para a construção de mudanças no contexto societário. No entanto, emergem na sociedade organizações sociais, como atores coletivos juridicamente constituídos que fazem luta por cidadania. Nesta análise, Cruz

(2005), identifica que no bojo da luta por cidadania e democracia, ocorre o surgimento de organizações sociais tais como: *"(...) associações de bairros e movimentos urbanos por moradia, saneamento, transporte, preços justos, saúde, creche, educação e outros, como resposta às necessidades ou às carências decorrentes das contradições urbanas (p.70, 2005)"*

As organizações nas décadas de 1970 e 1980 ganharam um novo formato e uma nova legitimidade, com sua inserção nos processos políticos da sociedade com ampla participação nas reivindicações dos direitos de cidadania e se soma aos movimentos sociais. As organizações sociais prestam serviços sociais às comunidades e é produtora de bens públicos.

Neste contexto, com o objetivo de caracterizar os movimentos sociais, Miranda (1997, p. 62), afirma que nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, os estudiosos desta temática buscaram encontrar o significado dos movimentos surgidos nestas décadas. E registra que estes movimentos congregam:

(...) uma série de fenômenos de características diferentes: movimentos de luta em defesa de minorias e/ou de categorias específicas (mulheres, negros, índios, homossexuais, etc...), movimentos de defesa de causas universais (ecologia, antinuclear, contra a violência, contra a fome, etc...), movimentos de classe (sindicais, trabalhadores rurais, operários, etc...), movimentos de reivindicação urbana (ações coletivas por demandas referentes à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo).

Nesta direção, identificando os movimentos como grupos coletivos heterogêneos, não se deve perder de vista que atores componentes dos movimentos sociais, subdivididos e caracterizados, estão inseridos numa sociedade de classes.

Cardoso (1995) considera que, no debate de classe social, há várias divergências no campo conceitual, inclusive quanto à sua existência. Esta autora aponta que Marx, entre 1844 e 1846, inicia o debate de classe e revolução, onde

encontra-se com o proletário, e este encontro influencia na elaboração de sua teoria.

Para Hobsbawm *apud* Cardoso (1995, p. 33), por classe social entende-se:

Agrupamentos de exploradores e explorados que, em virtude de razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal e, como argumentaria Marx, até o triunfo da revolução proletária. (...) São classes diferentes e antagônicas que emergem com a dissolução das comunidades primitivas: *burguesia* constituída pelos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção que empregam o trabalho assalariado; e o *proletariado*, constituído pelos trabalhadores assalariados modernos, que, não possuindo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Nesse sentido, na discussão deste trabalho, é possível notar que os atores dos movimentos sociais estão inseridos nas classes sociais subalternas, ou seja, excluídos de uma série de direitos que lhes assegurariam o alcance da cidadania. Muitos estão fora da esfera do trabalho, não porque a classe dos trabalhadores deixou de existir, mas porque foram excluídos da esfera de produção. Yamamoto (2003) chama de massa sobrando, ou, os desnecessários para este sistema de produção, são eles as pessoas idosas, os deficientes, os analfabetos, os que não tem mão-de-obra qualificada e assim por diante.

Em sua análise, apontou para o debate, a avaliação do que se constitui classe social, por entender que numa sociedade de classe, consolidada como no capitalismo, o que ocorre é o aprofundamento das divisões de classes, pela concentração de renda cada vez mais acentuada, e o aumento das desigualdades sociais. É nesse cenário que emergem os sujeitos coletivos revolucionários e os elementos constituintes do processo de organização dos movimentos sociais, tais como: consciência, democracia, e a relação renovação e conservadorismo.

1.2 – Democracia e participação popular

Conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1999), a história da democracia convive com três momentos históricos, sendo eles: a *teoria clássica* de Aristóteles, em que o governo é do povo e dos cidadãos; a teoria *medieval* que teve sua origem em Roma e é sustentada na soberania popular, mediante a democracia representativa; e, a *moderna*, conhecida como a teoria de Maquiavel. Sua origem vem das monarquias, nas quais as formas históricas de governo é a república e a própria monarquia. Lembra-se, ainda, que essa modalidade de democracia é bastante comum nos períodos pré-revolucionários, quando se enfatizam idéias democráticas ou republicanas.

Para aqueles autores, a democracia liberal pressupõe algumas manifestações concretas como as liberdades políticas e civis, mesmo que nem sempre para todos os cidadãos. Ela tem sua manifestação máxima nos parlamentos, que supostamente representam a vontade coletiva.

A democracia, segundo Chauí (1997, p. 145), é um projeto de sociedade em que o povo é o dono do poder ainda que a democracia consista:

(...) em admitir que se trata de uma forma política não só aberta aos conflitos, mas essencialmente definida pela capacidade de conviver com eles e de acolhê-los, legitimando-os pela institucionalização dos partidos e pelo mecanismo eleitoral (...).

No entanto, o Estado Brasileiro viveu um processo contrário ao da democracia no período de 1964 até meados da década de 1980.

Para Paulo Netto (1996, p. 16), o golpe de Abril de 1964 no Brasil:

Nunca escapou aos analistas da ditadura que sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado (relativamente incruentos uns, como no Brasil, sanguinolentos outros, como na Indonésia) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no

curso dos anos sessenta, uma contra-revolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social)

Ainda para este autor, a ditadura brasileira representou uma maneira de garantir o fortalecimento da hegemonia capitalista nos países de Terceiro Mundo, de tal forma que os subalternize aos interesses das grandes potências capitalistas. O mesmo autor (1996) analisa que a gestão política do Brasil no período ditatorial conjugou atos bárbaros que impediram a emergência de sujeitos que tivessem, como compromisso, projetos “nacional-populares” e/ou “democráticos” e de forma desumana criou mecanismos de destruir às organizações filiadas as defesas revolucionárias.

No Brasil, em 1988 a Constituição Federal consolida o sistema político democrático, que cria canais de participação da sociedade civil de várias maneiras, seja pelo voto, seja pela participação do controle social, das conferências, dos conselhos de políticas, dos plebiscitos, entre outros.

No entanto, é importante considerar que as classes subalternas têm dificuldade de participar do sistema democrático do país, dado a negação de uma série de direitos de cidadania. Faz-se necessário o fortalecimento da organização dos movimentos sociais, instrumentos fundamentais para a consolidação do sistema democrático do país, que inclusive nos momentos de efervescência desses movimentos foram fundamentais para a redemocratização da sociedade brasileira.

Mesmo ao se observar a dificuldade da participação democrática, na sociedade de acumulação de bens e de profundas desigualdades sociais, não se pode negar seu papel no processo de elevação da cultura da participação dos sujeitos.

Essas constatações sobre democracia e participação popular revelam que os movimentos sociais convivem com as tensões presentes na “democracia”

capitalista, tanto em suas relações endógenas como exógenas com a sociedade e os aparelhos estatais.

Ao considerar que o recorte temporal da pesquisa concentrou-se nos anos de 1989 a 2008, período de consolidação da redemocratização no Brasil, chama a atenção no Estado do Tocantins, a relação Estado e sociedade civil e a continuidade de relações institucionais autoritárias para com movimentos sociais. O conservadorismo político que não incorpora as mudanças decorrentes das lutas democráticas busca interditar os movimentos sociais e a força renovadora de suas lutas cívicas.

2 - Renovação e conservadorismo.

Este item compreende uma breve discussão sobre elementos que informam o debate e as polêmicas sobre a sociedade moderna, as transformações do mundo do trabalho, as relações sociais e as mudanças nas formas de atuação e organização dos movimentos sociais.

Para Coutinho (1972), na história da filosofia burguesa nem sempre os burgueses se comportaram assim, como hoje: conservadores. Houve um período em que se constituíram como classe revolucionária, abominando as relações feudais e absolutistas e defendendo uma racionalidade humanista e dialética, com novas formas de organização societária.

No século XVIII, conforme Harvey (1993), o projeto da modernidade, sob orientação intelectual do pensamento iluminista, provoca uma verdadeira mudança na forma de apreender o mundo, com o desenvolvimento da ciência moderna.

Do ponto de vista da ciência social, este período foi considerado um marco, um verdadeiro divisor de águas que advoga a racionalidade como o campo do conhecimento.

Nesse período, a burguesia foi a grande revolucionária do mundo, já que conseguiu fazer aquilo que pensava e queria. Foi esta mesma burguesia com o discurso de *liberdade, fraternidade e igualdade conforme* Hobsbawm (1879), que conquistou a adesão das pessoas e se tornou hegemônica no mundo.

Em 1848⁹, foi explicitada a contradição da classe burguesa, que passou a se comportar de maneira antiprogressista. Conforme Coutinho (1972), a mesma burguesia que traz bandeiras revolucionárias afasta-se delas, e passa a viver formas de acumulação que rompem com as perspectivas progressistas e torna-se o campo mais conservador de toda a sociedade.

A sociedade moderna trouxe consigo uma série de questões no campo das relações sociais que marcaram e marcam a sociabilidade da humanidade. A revolução Francesa de 1789, conforme Hobsbawm (1982), constituiu-se um marco nas mudanças do modelo de sociedade, que deixa de ser feudal para ser capitalista¹⁰.

⁹ Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia – a *liberdade* deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a *igualdade* esgota-se na formalidade jurídica e a *fraternidade* se resolve na retórica e no moralismo. O *projeto de emancipação humana*, nestes limites, não desborda o terreno da *emancipação política*, tal como Marx mesmo o vislumbrou em 1844 (Marx, 1969). A partir deste marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem (para a qual concorrem, necessariamente, programas reformistas, tornados especialmente claros depois de 1848) que se veio instaurado sobre as ruínas do Antigo Regime. A burguesia enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica da acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do *cidadão*. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emersão primeira verifica-se em 1848: o proletariado.

O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico –universal, como herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe a cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência de seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sócio-político *autônomo*, próprio do proletariado; mais exatamente, propiciou a auto-percepção *classista* do proletariado. (Marx, 1998, p. XIX e XX).

¹⁰ O conceito de capitalismo, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquine (1999, p. 141), "(...) atinge a sociedade no seu todo como formação social, historicamente qualificada, de forma determinante, pelo seu modo de produção. Capitalismo nesta acepção, designa (...), uma "relação social" geral. (...) Dentre algumas de suas características está: a) a propriedade privada dos meios de produção, para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre; b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal; c) processos de racionalização dos métodos diretos e indiretos para a valorização e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro."

De acordo com Marx e Engels (1998), a Revolução Francesa foi fruto de diversas transformações e vieram permeadas de conquistas políticas. A conquista da América, por exemplo, constituiu parte das condições para a expansão das necessidades do capital. A sociedade capitalista trouxe consigo mudanças no cotidiano da vida das famílias relacionam-as, meramente, com o dinheiro.

Para Paulo Netto (1996, p. 108):

O caldo de cultura restaurador, que, efetivamente, surge nos desdobramentos da Revolução Francesa e se tonifica entre as jornadas de junho e o golpe de Luís Bonaparte, oferece, no último quartel do século, um conjunto muito denso de legitimações para o desempenho das elites burguesas. Nele convergem elementos muito heterogêneos, que só se soldam pela catalização fornecida pela presença de um inimigo comum – o estandarte vermelho. De um lado, está o componente especificamente restaurador, que vem na senda aberta pelo reacionarismo de Bonald (influenciado pelos giros de Burke e com inspiração católica); de outro, o eixo que se constitui em torno da tradição republicana de direita, marcadamente laica; e, enfim, os elementos típicos do positivismo gaulês, que tanto rebatem no conservadorismo da nascente sociologia quanto na emergência de novas formas espiritualistas. Essa mescla cultural desaguará numa problemática toda ela comandada pela preocupação em estabelecer hierarquias sociais estáveis e polarizada pela noção de ordem.

Conforme esta análise, diversos segmentos das elites burguesas, mesmo com suas divergências, realizam uma luta comum - contra a esquerda revolucionária -, pois de um lado estão aqueles que querem restaurar a antiga ordem do feudalismo, ou seja, os reacionários, de outro lado, estão os republicanos de direita, ligados ao positivismo, são eles os conservadores. Nesse sentido, a renovação conservadora da burguesia assenta-se na perspectiva de conservar a ordem burguesa e os grupos vitoriosos em seus projetos societários.

Foi nesse marco histórico que a burguesia abandonou as causas do progresso social, conforme Coutinho (1972, p. 09):

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a Razão

é encarada com um ceticismo cada vez maior, renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade.

Conforme Guerra (2002), é a partir da razão que há possibilidade de o homem libertar-se das explicações da vida pela religião e passar a conceber o mundo da forma como ele é constituído e como o constituem. Tudo isso, resultado do fazer dos homens, capazes de construir sua própria história, conforme as condições que lhes são dadas.

Para essa autora (2002, p. 43):

A razão é o que dá inteligibilidade aos fatos e estes se constituem nos seus fundamentos, ao mesmo tempo em que os fatos são constituídos, constitutivos e constituintes de relações racionais que obedecem aos princípios de causalidade e contradição.

Ainda para Guerra (2002, p. 101) o:

(...) primeiro pressuposto da história humana é o de que os homens, para prover sua existência material, relacionam-se com a natureza, transformando-a, e, ao fazê-lo, transformam-se a si mesmos. O segundo pressuposto é o de que este ato de autocriação e de autotransformação incide sobre os outros homens, alterando sua natureza individual e distinguindo-os de outros seres vivos. Neste processo, o homem constitui-se num ser prático-social que se realiza pelo trabalho.

É na compreensão da categoria trabalho, como fundante de homem, que são construídas e reconstruídas as relações sociais.

Cabe aqui diferenciar a categoria trabalho, daquela de mercadoria. A categoria trabalho é fonte de transformação social da relação do homem com a natureza, transformada pelo homem, por meio do trabalho. Conforme Lukács (1992), fatos isolados, como a divisão do trabalho, não leva em consideração a totalidade das potencialidades humanas, porém a dialética os contrapõe ao trazer a unidade concreta do todo.

O trabalho utilizado nos meios de produção, que são as tecnologias como a maquinaria e todos os recursos necessários para sua realização é mercadoria que é vendida para os proprietários daqueles meios.

Ainda de acordo com Lukács (1992, p. 92):

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, etc., surge a dupla determinação social dessa base. Como sempre, em Marx, também nesse caso é o trabalho a categoria central, na qual todas as outras determinações já aparecem (...).

A mercadoria mão-de-obra diferencia-se da categoria trabalho, pois a mercadoria não carrega em si as prerrogativas da categoria trabalho, já que nessa, os trabalhadores não se reconhecem naquilo que produzem, não provocando assim a transformação nem da natureza nem a si próprio, pois não realiza a práxis entendida aqui, conforme Guerra (2002, p. 103), como:

(...) o conjunto das objetivações humanas, por meio das quais os homens realizam-se enquanto seres humanos-genéricos, objetivações estas que não se reduzem ao trabalho. Entretanto, é por meio deste que o ser social se constitui, se expressa, se desenvolve, cria e recria relações sociais. A práxis é, em Marx, não apenas uma categoria ontológica, mas a categoria fundante da história.

Vale lembrar que o homem trabalhador, quando tem consciência da sua existência pode ter o poder de dissolver a ordem existente.

Conforme Lukács (1992, p. 62), “quando o proletariado – afirma Marx – anuncia a dissolução da ordem atual do mundo, apenas explicita o segredo da sua própria existência, pois ele constitui a efetiva dissolução da ordem”, não existe nada natural, não se chegou ao fim da história. Neste sentido, os homens sob a organização societária capitalista, põem em seu cotidiano, a possibilidade de enfrentamento dessa ordem existente, por meio da organização dos trabalhadores. No entanto, as formas de metamorfoses criadas e recriadas pela sociedade do capital, criam novas formas de dominação do trabalhador, com seus variados modelos de produção, conforme será abordado no próximo item.

2.1 - A Reprodução Social no Capitalismo e os Movimentos Sociais

Antunes (1999), ao analisar a reestruturação produtiva¹¹, assevera que o modelo de produção capitalista, ocorrido no século XX, foi marcada pelo fordismo/taylorismo, que se caracteriza pelo trabalho em massa, localizado em unidades produtivas, concentradas nas fábricas e verticalizado, com um controle rígido de toda a vida dos sujeitos do mundo do trabalho.

Iamamoto (2007, p. 51) analisa que:

O fordismo vai além do uso da força de trabalho na fábrica, exigindo transformações na forma de vida, na moral, no comportamento da força de trabalho, no tempo do não-trabalho (questão sexual, puritanismo, lei seca, etc). Destarte ao proceder à racionalização do processo de trabalho mediante uma transformação tecnológica e organizativa, define um uso da força de trabalho e da consciência social; e o americanismo se encarrega de difundir essa mesma racionalização no interior da totalidade social.

A reestruturação produtiva do capital reconfigura os processos de trabalho e as relações sociais, com evidências a partir da década de 1970.

Para Antunes (2005), o toyotismo tem um processo de produção com um padrão de acumulação do capital que tem suas principais características na produção flexível, existência de equipes de trabalho que utilizavam as mais avançadas tecnologias, como: a microeletrônica, e a informatização.

A produção já não é mais de massa e passa a produzir pequenos lotes, e nesse processo se insere a terceirização dos serviços, que precariza violentamente as relações e condições de trabalho.

¹¹Reestruturação produtiva ocorre como resposta do capital à sua crise estrutural, várias mutações vêm ocorrendo e são fundamentais nesta viragem do século XX para o século XXI. Uma delas, e de importância central, diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no trabalho.

Particularmente nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificam-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente, o toyotismo. Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário. Antunes (2005, p. 181)

A acumulação flexível¹² é uma forma de capitalismo que, conforme Harvey (1993), tem três características básicas: está orientado para o crescimento, o que garante a acumulação, sem levar em consideração as “conseqüências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas; o trabalho vivo é produtor de valor, e o capitalismo “*está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho(...)*”; e, por fim, “*o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (...)*”. (Harvey, 1993, p. 166).

Essas três condições do capitalismo, estudadas por Marx, podem ser vistas assim: “[o] modo capitalista de produção eram inconsistentes e contraditórios, e que, por isso, a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises (...)” (Harvey, 1993, p. 169)

Muitos trabalhadores que ficavam concentrados nas fábricas e se encontravam no cotidiano de trabalho, com a automação e a informatização nem mesmo encontram o colega de serviço, que produz a outra parte da mercadoria. Sob o discurso de flexibilidade, desregulam-se as relações de trabalho e estabelece-se a insegurança na vida do trabalhador.

Os direitos trabalhistas são questionados e desregulamentados e muitos trabalhadores e categorias passam a fazer concessões destes direitos para se manterem no trabalho.

Para Marx, o capitalismo tem uma tendência a superacumulação e isto jamais será eliminado, e o grande desafio é seguir essa tendência sem ameaçar a ordem social capitalista. Em face disto são necessárias algumas escolhas para evitar que a ordem social não se transforme em caos, tais como: a “a

¹²A acumulação flexível provoca mudanças que compõem um período de transição difícil de ser compreendido, tanto no trato por teóricos keynesianos, monetaristas e do equilíbrio parcial neoclássico, como trouxe sérios dilemas até mesmo para os marxistas. (Harvey, 1993).

desvalorização de mercadorias (...) o controle macroeconômico por meio de sistemas de regulação (...) absorção da superacumulação (...) através do deslocamento temporal (...) do deslocamento espacial (...) e dos deslocamentos tempo-espaciais (...)” (Harvey *apud* Marx, 1993, p. 172)

A acumulação flexível procura recombina duas estratégias: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A mais-valia absoluta realiza-se mediante a extensão da jornada de trabalho, o deslocamento para países em que a mão-de-obra é mais barata e a dissolução do salário culmina na precarização da reprodução social do trabalhador.

A mais-valia relativa diz respeito à mudança organizacional e tecnológica, com a finalidade de diminuir os custos de produção, obtendo lucros mais generalizados, e, com isto, escasseia o emprego e o mercado passa a exigir um trabalhador mais qualificado, porém, em número reduzido.

A inclusão de novas tecnologias gerou ainda mais mão-de-obra excedente. É impressionante como as novas tecnologias propiciaram o retorno, conforme Harvey (1993, p. 175), ao *“trabalho doméstico e paternalista, que Marx tendia a supor que seriam do negócio ou seriam reduzidos as condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado (...).”*

No sistema de acumulação flexível, convivem, lado a lado, o trabalho formal e informal, assim o capitalismo vai se mantendo, com a criação de novas formas de organização da exploração econômica e social.

Na contemporaneidade, a sociedade burguesa depara-se com avanços do capitalismo, que conforme Iamamoto (2007), quanto mais a produção capitalista se desenvolve, mais cria alienação entre os homens. O capitalismo faz uma inversão do sujeito, tratando-o como objeto num processo histórico da auto-alienação.

O sistema capitalista exige da sociedade dinamismo, agilidade, capacitação, e assim por diante. Porém, pode-se afirmar que o próprio modelo de sociedade cria e recria as contradições sócio-econômicas, que nem sempre permitem a inserção dos segmentos da sociedade nos processos produtivos.

No capitalismo contemporâneo, todo o cotidiano da sociedade vira espaço de reprodução social das relações sociais. *“Todo espaço ocupado pelo capital transforma-se em espaços de poder – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, dentre outros (...)”* (Iamamoto, 2007, p. 50).

Esta autora ao desvelar as relações sociais, insere aí a relação com os Movimentos Sociais, também espaço de poder na sociedade burguesa.

Os movimentos sociais acompanham as metamorfoses do capitalismo, pois, na medida em que criam estratégias de se refazer e ganhar mais força, eles se metamorfoseiam, criando outras estratégias de lutas para contraporem-se à estrutura da sociedade capitalista. Para Iamamoto (2007, p. 392) a:

(...) rebeldia do trabalho manifesta-se desde conflitos parciais e momentâneos, até serem explicitamente assumidos através das ligações dos trabalhadores, expressas em comissões, sindicatos, movimentos sociais organizados e partidos. Reunidos como força coletiva pelo capital e divididos pela concorrência por seus interesses, desdobrem, na luta, sua situação comum. Nesta luta – uma verdadeira guerra civil – se reúnem e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegado a este ponto, a associação assume um caráter político (...). Criam-se elos que unificam a sua força coletiva como classe, na defesa de seus interesses econômicos e políticos comuns.

As contradições sociais, presentes no processo histórico capitalista, causadas pela divisão de riquezas e de poder, criam e recriam as mais diversas manifestações e organizações que se transformam em movimentos sociais, tais como:

No campo da sociologia do trabalho, as preocupações voltam-se à produção do consentimento por parte dos trabalhadores aos mais sutis

mecanismos de controle adotados no toyotismo ou pós-fordismo. As estratégias de resistência e negociação na esfera da produção são salientadas, em seus condicionamentos no campo fabril e extrafabril, abrangendo a família, relações de gênero, étnico-raciais e tradições culturais. (Iamamoto, 2007, p. 340)

Iamamoto (2007) faz uma crítica aos autores não marxistas que criam equívocos no campo da análise do *trabalho, sociabilidade e reprodução social*. O primeiro destes equívocos é o esvaziamento da historicidade do trabalho e o segundo é a separação entre produção e reprodução.

Vale lembrar que a produção restrita às fábricas, local onde a classe operária revolucionária estaria, foi fortemente esvaziada, com a emergência da reestruturação produtiva, no entanto a classe que vive do trabalho não deixa de existir, o que ocorre são as transformações no mundo do trabalho.

Esses autores reduzem a reprodução apenas ao consumo. Iamamoto (2007) argumenta, que surge daí a idéia dos novos movimentos sociais, classificados como fora das classes sociais. E reafirma que o:

(...) regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana que satisfaz “necessidades sociais do estômago e da fantasia” e se desenvolve sob relações sociais de produção específicas. (Iamamoto, 2007, p. 55)

Na verdade, conforme sua análise, é necessário considerar as condições materiais de trabalho e as formas sociais nas quais elas se materializam para não se cair em equívocos como dizer que trabalho são formas sociais naturais, pois que “o trabalho, ao realizar-se, é uma atividade do trabalhador como gasto da força vital, mas como criador de valor, é um modo de existência do valor do capital, a este incorporado” (Marx apud Iamamoto, 2007, p. 385).

São processos históricos e formas sociais de acumulação capitalista, visto que:

A história é o processo pelo qual o homem se forma e se transforma a si mesmo, graças à sua própria atividade, ao seu trabalho; e a característica maior do homem é precisamente sua atividade espontânea que modela a sua subjetividade, em consequência da qual

ele se encontra em um “eterno movimento de vir a ser” (Iamamoto, 2007, p. 354).

No entanto, todo trabalhador, ao vender sua força de trabalho – converte-a em mercadoria, o que inverte as relações sociais entre os homens, que passam a ser tratados como coisas. O fetiche da mercadoria opera:

A dominação do capitalista sobre o trabalhador é, portanto, o domínio da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo. E o processo de produção e reprodução do capital é o processo de produção e reprodução dessa alienação. (Iamamoto, 2007, p. 390).

E mais, é na mais-valia que está o objeto determinante da acumulação e valorização da riqueza do capital, pois ela é o processo de exploração do trabalho no qual o valor que é pago ao trabalhador representa apenas parte do valor da mercadoria, ficando a maior parte desse valor para o dono dos meios de produção.

Como os produtores não entram em contato social até que troquem os produtos de seus trabalhos, os atributos sociais de seus trabalhos só se manifestam nos marcos de tal intercâmbio. E se manifestam como são: não como relações sociais entre pessoas, travadas por elas em seu trabalho, mas como relações próprias de coisas e relações sociais entre coisas,(...). (Iamamoto, 2007, p. 362)

O processo de produção e reprodução capitalista gesta o processo de produção da riqueza. No entanto, estes são contraditórios, pois a riqueza socialmente produzida é apropriada individualmente, gestando de um lado, a acumulação do capital, de outro, a criação e recriação da pobreza, das desigualdades entre as classes sociais.

2.2 - As Lutas da Classe Trabalhadora

No bojo da revolução industrial, Hobsbawm (1982) analisa que os trabalhadores já se organizavam para a superação do capitalismo. Isto porque, a classe operária já ganhara consciência das grandes explorações da burguesia contra si.

Em alguns momentos, dentre suas estratégias de ação, organizavam-se para quebrar as máquinas – instrumento de seu trabalho – mas, logo perceberam que deveriam mudar suas estratégias de luta e desenvolver ações, diretamente, ligadas aos donos das máquinas, porque estes, sim, são seus verdadeiros adversários.

No período em que o capitalismo vivia em plena expansão, a classe trabalhadora também se fortalecia, pois o sistema capitalista, nos dizeres de Behring e Boschetti (2007), provoca contradições inerentes a ele, visto que, na medida em que os capitalistas têm superproduções, têm mercadorias mais baratas, e menos exército de reserva de trabalhadores. Isto contribuiu para que o movimento operário da época se fortalecesse¹³. Mendel *apud* Behring e Boschetti (2007, p. 70), asseguram que:

(...) o período de expansão [capitalista] notabiliza-se pelo crescimento da composição orgânica do capital, pelo aumento da taxa de mais-valia (o que pressupõe o recuo do movimento operário) e pela possível baixa dos preços das matérias-primas. Essa situação cria seus próprios obstáculos: com a redução do exército industrial de reserva, tende a se ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia.

E, ainda, conforme as mesmas autoras em ciclos de crise (2007, p. 70):

Há uma generalização da revolução tecnológica, que está na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse contexto, impõe-se a queda tendencial da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social. A concorrência é acirrada, configura-se uma superabundância e uma escassez de lucros, produzindo-se desemprego generalizado e a queda do consumo, mobilizando o processo de mais-valia.

Nesse sentido, o capitalismo, na medida em que entra em crise, recria formas de superação da crise, e cria modelos de produção para aumentar suas possibilidades de lucros, e ao mesmo tempo controlar e enfraquecer o movimento operário.

O surgimento dos Movimentos Sociais na sociedade moderna provocou,

¹³Não se pode perder de vista que na atualidade, com a reestruturação produtiva, o capitalismo já criara mecanismos de contenção e controle da classe trabalhadora.

no decorrer dos períodos históricos, ações que deflagraram importantes conquistas, como relatam Behring e Boschetti (2007, p. 63) ao constatarem que “*A mobilização da classe trabalhadora foi determinante para a mudança da natureza do estado liberal no final do século XIX e início do século XX. (...)*”.

Para essas autoras, a conquista de políticas sociais é resultado também da pressão do movimento operário, organizado e fortemente influenciado pela consciência de classe.

Os movimentos sociais que lutam e lutaram pela superação do capitalismo, não podem negar que a conquista de direitos sociais, apesar de serem de cunho reformista, resultam também da sua força protagônica.

Esta reflexão, teórico-metodológica sobre as formas de organização capitalista, remeteu a compreensão de que os movimentos sociais encontram-se inseridos neste contexto societário, e, é nele que se desenvolvem, que se transformam, que influenciam nas modificações da sociedade, onde registra-se, conquistas e derrotas, conforme sua temporalidade, sua estrutura participativa e sua heterogeneidade.

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

1 - Uma Luta Secular – Um Estado Criado

A criação do Estado do Tocantins é reveladora das diferentes formas de luta da população no interior do país, suas reivindicações integram a constituição de um Estado autônomo, em que apesar de suas dificuldades, reúne as condições de promover seu desenvolvimento.

A luta secular que antecede a criação do Estado do Tocantins, em 1988, e a fundação de sua capital – Palmas, em 1989, apresentam elementos significativos para investigação sobre o processo de organização dos movimentos sociais em Palmas – TO. Do ponto de vista analítico, relacionam aspectos relevantes do contexto histórico e sua materialidade, ou seja, em que contexto histórico organizam-se os movimentos sociais do Tocantins e sob que contradições se encontram estes movimentos sociais. E ainda, relaciona os mecanismos de fortalecimento destes movimentos.

Vale ressaltar que o estudo sobre o percurso dos movimentos sociais no Tocantins possibilita, particularmente, adentrar numa ceara de grande relevância para os sujeitos que lutaram pela criação deste estado. Conforme Giralдин (2004), a criação do Estado do Tocantins pode ser entendida como resultado da participação dos movimentos sociais da época.

Parente (2005) destaca que há uma dificuldade de se estudar a história do norte de Goiás, hoje Tocantins, por existir um vácuo na produção científica acerca desse conteúdo. Nesse sentido alega que os pesquisadores realizaram mais estudos sobre o sul de Goiás. As produções historiográficas desta região norte são em número muito reduzido, o que dificulta os estudos da temática.

Seguindo análise da mesma autora, a ocupação do estado do Tocantins por pessoas não-indígenas¹⁴, ocorre na década de 1730, período de descoberta das minas de ouro.

Antes de ser capitania independente, a região de Goiás, era subordinada a capitania de São Paulo, desmembrada em 1748, justamente com o intuito de explorar e administrar as minas descobertas.

E, assim, a ocupação de Goiás, tanto no sul quanto no norte, ocorreu aos arredores das minas de ouro, porém, ao se esgotarem as minas de ouro a população deixava aquele local.

No período da política mercantilista, o antigo norte goiano tinha uma grande utilidade na produção de minério. Nesta época, os exploradores de ouro estavam insatisfeitos com seus governantes, que cobravam impostos mais altos ao norte de Goiás, hoje Tocantins, do que ao sul de Goiás. Em função desta realidade, e da difícil fiscalização por sua longa distância, observa-se a dificuldade do governo de administrar e fiscalizar este território. O que propiciava o contrabando e forte sonegação do pagamento de impostos.

A região, naquele período, dificilmente se desenvolveria, porque a política mercantilista europeia só se interessava pelo ouro. Em função desses interesses mercantilistas proibiam as regiões de produzirem outro tipo de mercadoria.

Nas primeiras décadas do século XIX, esta região encontrava-se no aprofundamento de uma crise, em decorrência do esgotamento do ouro e da falta de incentivo e interesse dos moradores locais em explorar outras formas econômicas, como a pecuária e a agricultura. Somava-se a isso a dificuldade da

¹⁴ Sobre o século XVIII e a questão indígena, ver estudo de Apolinário (2006). No livro: Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão: Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII, onde realiza um denso estudo sobre o século XVIII e nele analisa que antes de ser habitado por pessoas não-indígenas, este território já era habitado por povos indígenas, dentre eles: os Akroá, Xakriabá, Xavante, Xerente, Javaé, Xambioá, Karajá e os Avá-Carneiro. E, esta região foi palco de importantes conflitos, de colonizadores contra os povos indígenas.

população em escoar as produções já escassas, por falta de estradas e de transporte marítimo em condições adequadas para navegar nos rios Tocantins e Araguaia.

Naquele século, com sua economia baseada na extração de ouro e em crise, os mineiros, revoltados com a cobrança de impostos e com a falta de benefícios, já defendiam a divisão administrativa da Província de Goiás.

Na década de 1830, era essa situação de crise que vivia a província de Goiás, conforme análises de Oliveira (2004). Em função desses entraves, no século XIX, os governantes da capitania foram forçados a repensar suas atividades econômicas, já que a região vivia em um processo de estagnação, pois não produzia nenhum bem em escala de exportação nacional.

Nesse contexto, o norte goiano foi explorado em todas as suas riquezas: o ouro, o quartzo (minério usado na indústria bélica), criação de gado, dentre outras. Esse foi um território para o qual os exploradores vinham somente para enriquecer. Depois que tiravam tudo que tinha valor e lhes interessava, abandonavam-no, conforme Silva (1996, p. 87), “*deixando apenas terra revirada*”, e povoados inteiros desapareciam quando a atividade de exploração lucrativa esgotava-se.

Todos esses fatores faziam dessa parte do Brasil um local completamente esquecido, os recursos dos impostos que saiam do norte goiano não retornavam em benefícios, somente deixavam atraso e pobreza.

Nesse contexto, surgiu o primeiro movimento divisionista desta capitania que nasce com a proposta de dividir a capitania de Goiás, separando a região do norte-goiano, o atual Estado de Tocantins, da região sul de Goiás.

Para Oliveira (2004), foi sob essa realidade de tensão dos povos nativos da região, das fortes pressões, na tentativa de acalmar os ânimos da região e de promover o desenvolvimento da economia local, que D. João VI, em 1809, dividiu a então província de Goyaz em duas unidades da federação, ficando a comarca

do norte, hoje Tocantins, com Joaquim Teothônio Segurado, ouvidor responsável pela administração do Norte, e a comarca do Sul sob a administração do capitão-general Sampaio. Porém, essa medida não foi suficiente para promover o desenvolvimento da região.

Teothônio Segurado uniu-se a alguns padres e soldados, membros do grupo separatista da região em defesa da separação do norte goiano, e dividiram a capitania. No entanto, o movimento enfraqueceu-se em função da mudança da capital do norte goiano de Cavalcante para Natividade. O que causou insatisfação de lideranças políticas. A esse fato juntaram-se, ainda, o posicionamento desse líder contrário à independência do Brasil, em pleno período de defesa de independência do país e, finalmente, o agravamento da situação, devido ao retorno de Teothônio à Lisboa, ainda em 1822, para assumir cargo legislativo.

Logo em seguida, um ano depois foi realizada a reunificação da província. No entanto, para Oliveira (2004), a idéia e o sentimento autonomista continuou ao longo do século XIX, mesmo porque os problemas do norte de Goiás continuaram na mesma proporção. Analisa esta autora que de forma focalizada, ainda há ações, no decorrer do século XIX, que buscam a autonomia.

Entre o fim do século XIX e a segunda guerra mundial, não houve espaço para a luta separatista das economias consideradas fracas, como a região em estudo. O movimento estava fragilizado, mas não extinto.

Segundo Oliveira (2004), no século XX, a população continuou a reivindicar sua capital, pelo descaso e abandono da região norte, com manifestações de contestação, em alguns momentos, violentas.

Ainda para esse autor, no período da Velha República, nasceram alguns movimentos com defesas de cunho social, como foi o caso do messianismo e do banditismo, que surgiram em função da falta de participação do Estado para resolver questões de conflitos e de assegurar a lei. Esses movimentos

promoviam lutas por terras, já que, nesta região do país, há forte presença de grileiros, que tiram dos povos nativos o direito de explorar suas próprias terras.

Ainda neste século, cabe destacar que, conforme Moraes (2002), o movimento dos posseiros para garantirem suas terras, em detrimento de entregá-las aos grileiros, realizou fortes lutas como ocorreu em Trombas e Formoso, palco sangrento dessas disputas.

Para Machado (2004), no início do século XX, houve várias disputas, não pela autonomia do território, mas pelo poder, instalaram-se neste cenário, grupos políticos que se apropriaram do que era público de maneira privada, agiam de forma repressora a todas as forças contrárias e instituíaam chefes locais para representar seu poder. Esses fenômenos são característicos do coronelismo, vividos por todo o país, e, principalmente, por regiões como o norte goiano, onde o desenvolvimento político demorou chegar.

Nesse século, entra em cena a oligarquia dos Caiado¹⁵ que, com traços coronelistas, assumem um domínio repressor em Goiás, buscam eliminar os sujeitos que eram contra seu poder. Os coronéis empreendiam lutas sangrentas por conquista de território e poder, mas quando entraram em cena movimentos sociais que contestavam a ordem, como foi o caso da Coluna Prestes¹⁶, os coronéis se uniam para manter a “ordem”, estabelecida pelo coronelismo.

Essa situação política só teve alteração com a implantação do Estado Novo em 1937. Os prefeitos são então nomeados pelo interventor estadual Pedro Ludovico Teixeira¹⁷, em conformidade com a conjuntura política da época.

¹⁵ Os Caiado, em Goiás, são grandes proprietários de terras, tornados poderosos latifundiários, que eram temidos na região, pela violência com que seus jagunços tratavam as pessoas que desobedeciam às ordens do coronel. Moraes (2006).

¹⁶ A Coluna Prestes liderada por Luis Carlos Prestes compreendeu a terceira revolta tenentista, que discordavam da forma como era governado o país naquele período histórico, criada no Rio Grande do Sul em 1924, percorreu mais de 25 mil km do território brasileiro. Os tenentes por onde passavam realizavam ações de contestação com o modelo de política empreendido naqueles territórios brasileiros. Nascimento (2007).

¹⁷ A família Ludovico, para alguns pesquisadores, representa um importante grupo político democrático que promoveu o *desenvolvimento* do Estado e não uma oligarquia arcaica e conservadora, como outros políticos citados (Moraes, 2006, p. 95).

No norte de Goiás, em 1959, conforme Santos (2004), um grupo de estudantes, padres e professores fundaram a Casa do Estudante do Norte Goiano – Cenog, movimento que retoma o sentimento e a luta separatista em defesa da independência do Tocantins.

Ainda para Santos (2004), a Cenog - instituição de promoção de assistência estudantil constituiu-se instrumento de luta regional pela separação do norte goiano, e, mesmo sendo movimento de estudantes, realizavam articulações com entidades classistas e autoridades governamentais, além da importante participação de intelectuais da região, nas suas diversas atividades. Esse movimento teve forte influência na luta autonomista, porém foi reprimido pela ditadura militar, em 1964, momento em que graves intervenções foram desencadeadas contra os movimentos sociais que, questionaram suas formas de ações autoritárias.

Outro forte movimento, que se organizou nesse cenário, para Campos Filho (1995)¹⁸ foi a guerrilha do Araguaia que ocorreu, no período de 1972 a 1975, no sul do Pará e norte do Goiás, hoje Tocantins. Este foi um movimento revolucionário que teve como estratégia a luta armada, em resposta ao contexto da ditadura militar que promovia forte repressão aos movimentos sociais.

Campos Filho (1995) analisa que o desenvolvimento capitalista no Brasil, depois do fim da década de 1960, privilegiou seus investimentos nos grandes centros urbanos, deixando o interior do país com sua economia, baseada em relações pré-capitalistas, como é o caso específico da região em estudo, que fica à mercê dos interesses coronelistas.

Essa realidade começou a viver uma mudança com a construção da Belém-Brasília¹⁹, contribuindo para diminuir o isolamento do norte de Goiás, mas,

¹⁸ Campos Filho, Romualdo Pessoa, desenvolveu uma pesquisa sobre a guerrilha do Araguaia e, como resultado de seu estudo, elaborou sua dissertação de mestrado intitulada: A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975).

¹⁹ Rodovia inaugurada em 1960, com 3.569 quilômetros de extensão, sendo que 803, passam pelo Estado de Tocantins. Sua construção provocou um grande fluxo migratório, estimulando o desenvolvimento na produção agrícola, contribuindo assim para o crescimento das cidades próximas à rodovia, em contrapartida, a estagnação das cidades ribeirinhas. (Nascimento, 2007).

mesmo assim, o desenvolvimento não chega e os velhos problemas de abandono, miséria e conflitos constituem palco privilegiado para os movimentos de guerrilha, como foi a Guerrilha do Araguaia, por:

(...) oferecer condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Tem de estar a pé como o guerrilheiro. É zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem terra), circundada por cidades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças combatentes. (Campos Filho, 1995, p. 69).

O movimento veio para a região, não especificamente para fazer a luta separatista, mas porque este cenário reunia as condições propícias para desenvolver-se a guerrilha na luta contra a ditadura militar. Na região, os guerrilheiros e militantes clandestinos fizeram atendimento à população, reforçaram suas lutas locais, além de ganhar a confiança da população local, comportando-se como um deles.

A Guerrilha do Araguaia constituiu-se em guerra sangrenta com conseqüências incalculáveis, conforme Campos Filho (1995, p. 69) citando o prefácio do livro *A Justiça do Lobo*, do teólogo Clóvis Boff:

As terras do Araguaia foram e continuam sendo arena dos mais violentos conflitos que registra a história do Avanço do capital no interior do Brasil. (...) vemos misturados posseiros e pistoleiros, soldados do exército e guerrilheiros, bispos e autoridades, padres e fazendeiros, agentes de pastoral e agentes do governo, (...) num confronto agudo, muitas vezes, feroz em que a “justiça do lobo” leva frequentemente a melhor.

A Guerrilha do Araguaia tinha por objetivo provocar a revolução, e então, conquistar um governo popular e revolucionário, porém foram exterminados pela ditadura militar.

Como se pode observar, a região do norte de Goiás foi palco das mais variadas formas de expressões de grupos sociais, que se subdividia entre nativos que tinham um sentimento de autonomia, nativos que queriam melhorar suas condições de vida. Autoridades que queriam se promover politicamente, como foi

o caso de Teothônio Segurado. Políticos que se aproveitaram das características locais para consolidarem-se como os “donos” do poder, como o caso dos coronéis e dos grupos ligados aos partidos da Arena e do MDB, com maior expressão dos arenistas, conforme será analisado a seguir. Grupos que viram nesse local, palco privilegiado para fazer luta pela revolução e pelo fim da ditadura, como o caso da Guerrilha do Araguaia.

E, mais, de intelectuais e estudantes com sentimento de autonomia e ações de luta pela separação do Estado de Goiás, como é o caso da Cenog e da Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano – Conorte.

Borges (2004, p. 131), ao discutir o *bipartidarismo autoritário em Goiás*, constrói um percurso cronológico do processo do bipartidarismo. Sobre os partidos na ditadura militar, analisa que, na verdade, não eram partidos “*no sentido de promover a mediação e representação de interesses, nem as eleições eram realmente eleições, no sentido de competição pelo poder*”. Na verdade o que há é a simulação de rituais de democracia, pois vive-se nesse período a ausência de democracia.

E, é ainda Borges (2004) que, ao seguir sua análise sobre o período após 1974 e o MDB, partido de “oposição” consentida, indica o início de um processo de fortalecimento de suas representações políticas, e também constata que o crescimento ocorre, onde há prefeitos do MDB, nos grandes centros urbanos e onde há presença das tecnologias de comunicação.

No norte de Goiás, onde esses elementos não se configuraram a mobilização pró-partido era pequena, a economia basicamente, rural, com pequenos centros urbanos e a predominância da representação política estava na sigla situacionista da ARENA.

Entende-se que, dessa materialidade histórica, sobleva-se, conforme Silva (1996), o movimento de divisão do norte goiano, ocorrido no início do século XIX, o primeiro movimento institucionalizado de autonomia do Tocantins, e

segue-se com uma população vivendo um constante sentimento de autonomia, acreditando que só assim se terá uma região desenvolvida.

Vale considerar que o movimento do século XIX não teve a mesma determinação econômica e política do movimento da década de 1980, mesmo porque, naquele período, a realidade econômica da região não expressava as condições históricas, objetivas e subjetivas que aqueles da década de 1980.

Mais de um século depois do início do movimento de separação do norte, o movimento foi retomado, na década de 1980, com os mesmos sentimentos de separação, sobretudo em decorrência do abandono em se que vivia. É claro que o contexto de crise da ditadura militar e efervescência dos movimentos sociais, que imergiu no país, favoreceram a organização desses grupos que em outras datas foram fortemente reprimidos.

Prosseguindo nos elementos de luta, pela separação do norte goiano, foi criada, na década de 1980, a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano – Conorte, instituição não governamental, composta por ex-integrantes da Cenog, que contribuiu para a massificação da discussão e para levar o debate separatista por todo o Brasil.

A Conorte, entre 1981 a 1988, empreendeu um movimento divisionista inspirado em Theotônio Segurado, representado pela classe média. Tinha como causas que justificavam a luta, conforme Oliveira (2004, p. 16):

(...) a) a evolução da densidade demográfica; (...) b) a conseqüente posse do coeficiente necessário para o preenchimento das vagas na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional(...); c) do ponto de vista econômico, a região tocantina dispor, neste período, de 5.5 milhões de hectares de terras agricultáveis, e os quais 400 mil irrigáveis,...; d) o potencial para geração de 25 mil *megawatts*, para a construção de usinas hidrelétricas; e) estradas pavimentadas; f) duas rodovias federais (Belém-Brasília e Transamazônica; g) solo rico em recursos minerais (...)

Para Moraes (2006), a criação do Estado do Tocantins, em 1988, e do município de Palmas, em 1989, foi o último ato expressivo da Marcha para o

Oeste, rumo a ocupação da Amazônia, que configurou uma política real de ocupação espacial com fins políticos e econômicos.

A ocupação do interior do Brasil é marcada pela:

(...) transferência da capital do país para o Planalto Central e a estruturação de uma rede rodoviária na região do Centro-Oeste a partir da década de 1960 propiciaram também a modernização da agropecuária, estimulando o aumento da produtividade no meio rural e a criação de ramos industriais específicos. A fronteira agrícola abriu novas frentes de expansão e avançou para o Sudoeste e para o Mato Grosso goiano, estabelecendo na época duas regiões distintas do estado: a do sul, em pleno desenvolvimento, e a do norte, estagnada pelo atraso, o que veio fortalecer a idéia de criação do estado do Tocantins, anos mais tarde (Moraes, 2006, p. 55).

A marcha para o Oeste foi iniciada no Estado Novo de 1937 até 1945, no governo Getúlio Vargas, que implantou uma série de ações políticas e econômicas, com o objetivo de melhor explorar o país. Nesse sentido, para Borges (2004), a marcha, dentre seus objetivos fortes estruturantes, vinha incentivar a migração e exploração do interior do país.

Cabe frisar que a criação do Estado do Tocantins não faz parte de uma história recente. Conforme Silva (1996), remonta ao período da monarquia, quando o Tocantins, o antigo norte goiano, fazia parte da capitania de Goiás. Sua criação foi uma luta intensa, envolvendo interesses econômicos, políticos e sócio-culturais. A região do norte goiano, cortada pelos rios Araguaia e Tocantins, foi responsável pelo transporte dos produtos no interior do país.

Os estudos sobre a economia e a política no Estado do Tocantins demonstram existir, na conquista de sua autonomia, pela gestão da administração dos negócios públicos desse estado, articulado com os poderes legislativos e judiciário constituídos um processo histórico e contraditório, pelo continuísmo que mantém os interesses das oligarquias, autoritária e repressora, no poder, e no mando desse espaço.

Quadro I

Gestões: Governadores, Partidos e Vice-governadores:

Período	Governador/Partidos	Vice-Governadores
15/01/1988 a 15/03/1991	José Wilson Siqueira Campos (PSDB)	Darci Martins Coelho
15/03/1991 até 31/12/1994	Moisés Nogueira Avelino (PMDB)	Paulo Sidney Antunes
1º/01/1995 até 04/04/1998	José Wilson Siqueira Campos (PPR)	Raimundo Nonato Pires dos Santos
04/04/1998 até 31/12/1998	Raimundo Nonato Pires dos Santos	²⁰
1º/01/1998 até 31/12/2002	José Wilson Siqueira Campos (PFL)	João Lisboa da Cruz
1º/01/2002 até 31/12/2006	Marcelo de Carvalho Miranda (PFL)	Raimundo Nonato Pires dos Santos
1º/01/2007 até os dias	Marcelo de Carvalho Miranda (PMDB)	Paulo Sidney Antunes

Fonte: Nascimento , João Batista. Conhecendo o Tocantins. Editora Kelps, 5ª Edição, Palmas – TO, 2007 e www.tre-to.jus.br, acesso dia 05/03/2009.

Como pode ser observado das sete gestões, três tiveram como governador José Wilson Siqueira Campos, uma gestão de Moisés Avelino do PMDB, uma de oito meses de Raimundo Nonato Pires dos Santos, vice de Siqueira Campos.

Raimundo Nonato assume o Governo por oito meses e em seguida Siqueira Campos é reeleito governador. O que demonstra que o afastamento do Governador visou apenas viabilizar reeleição deste.

E dois mandatos de Marcelo Miranda, sendo o primeiro de 2002/2006 eleito pelo PFL. No segundo mandato, muda para o PMDB e derrota Siqueira Campos, que disputava seu quarto mandato.

²⁰ Neste período houve vacância de vice-governador.

A leitura dos mandatos remete à análise de Borges (2004), sobre o bipartidarismo, para observar que no Tocantins as relações ocorrem de forma conservadora com forte disputa entre os dissidentes arenistas e emedebistas. Para compreender melhor essa avaliação, sobre as vitórias da arena no período, cabe lembrar que Siqueira Campos, apesar de transitar por vários partidos, tem sua trajetória marcada pela participação dos dissidentes arenistas, ou seja, os grupos reacionários, ligados aos latifundiários, e desta raiz política ele nunca se afastou.

Marcelo de Carvalho Miranda que, em seu primeiro mandato 2002/2006, compunha o grupo de Siqueira Campos segue num processo de continuísmo conservador, com algumas diferenças no modo de tratar os movimentos sociais, conforme constatado nos documentos dos movimentos sociais analisados.

O quadro elaborado possibilita reconhecer que não há alternância no poder, ou seja, as lutas populares não conseguiram promover as alterações nos segmentos detentores do poder político, no estado do Tocantins.

Cabe questionar se houve o bipartidarismo no Tocantins, conforme estudo de Borges (2004), reproduziu as disputas políticas, ocorridas no sul de Goiás.

Conforme este autor, a região norte de Goiás, hoje, Tocantins, como resultado da ausência de desenvolvimento, teve como herança das disputas ideopolíticas o atrofiamiento das relações sociais e políticas.

No Tocantins, ao observar o quadro de governadores e visualizar os partidos políticos, percebe-se que o primeiro governador José Wilson Siqueira Campos contou com a filiação de partidos com bases ideológicas e políticas na extrema direita, partidos defensores das grandes oligarquias agrárias, contrários à participação popular.

Na segunda legislatura, o governo de José Avelino do PMDB, novo governador mesmo ligado a outras bases políticas, mantêm intactos os fundamentos ideológicos de extrema direita. O continuísmo político produz a

terceira gestão de Siqueira Campos, de 1998 a 2002, e retoma antigas formas de gestão pública.

Marcelo de Carvalho Miranda (PSDB), eleito no primeiro mandato de 2002 a 2006, prioriza na sua gestão a participação das populações excluídas. No entanto, as políticas sociais adotadas não vinham resolver as expressões da questão social, mas somente amenizá-las.

Nesse sentido, observa-se que os movimentos sociais em Palmas registram dois momentos distintos depois da autonomia do Estado. No período Siqueirista, de 1989 até 2002, foram realizadas manifestações de toda ordem, com passeatas, protestos e um processo contínuo de enfrentamento direto com os gestores.

Desde 2002, no período marcelista, as formas de lutas são diferenciadas. Nos registros dos movimentos sociais de direitos humanos e de moradia em Palmas, não constam manifestações de cunho reivindicativo, tais como, grandes ocupações. Esses dados demonstram que, essas formas de lutas são mediadas por outras estratégias: acordos políticos, atendimento às reivindicações dos movimentos sociais, alterações nas lutas sociais.

Vale considerar as mudanças, no Estado, da década de 1970 para a atualidade, onde 75% da população do Tocantins morava na zona rural e 25% na zona urbana. Nos anos atuais, conforme dados da Seplan, o quadro de moradores é invertido, ficando 26,5% da população na zona rural e os demais 73,5% na urbana. O que demonstra que o Estado, mesmo com sua recente criação, segue a tendência da migração da população da zona rural para urbana, vivida em todo o país.

Em 1970, existiam no norte goiano 52 (cinquenta e dois) municípios, na atualidade existem 139 (cento e trinta e nove), fruto de vários desmembramentos, quer dizer, os limites territoriais não aumentaram, mas foram subdivididos os municípios e os novos ganharam autonomia política e administrativa.

Dos 139 (cento e trinta nove) municípios do Estado do Tocantins, mais de 90% são de pequeno porte²¹, ou seja, com menos de 20 mil habitantes. As cidades têm graves dificuldades com a auto-sustentabilidade, conforme dados da Secretaria Estadual de Planejamento, seus maiores rendimentos, na composição do valor agregado, estão nos setores de serviços com 51% dos rendimentos, ficando para trás a indústria com 27% de produção e agropecuária com 22% dos rendimentos.

Na composição da pauta de exportação de 2007, tem como predominância a produção da soja, com 74,81%, seguido de carnes e derivados com 21,18% e outros com 4,01%. Esses dados mostram a força da monocultura da soja, que é a grande responsável pela concentração de renda e, em consequência, o agravamento da pobreza. Conforme fica evidente, no dado apresentado, pelos indicadores socioeconômicos do Tocantins, que registram em 2000, 50,8% da população tocantinense são pobres. Nesse sentido, a grande promessa de melhoria das condições de vida, ainda não ocorreu, conforme defendiam os militantes da luta separatista.

É nesse cenário, que os sujeitos coletivos do Estado articulam-se e vivem uma constante luta, primeiro por autonomia, depois para que o Estado cumpra seu papel de democratização social, para que todos tenham acesso a bens e serviços socialmente produzidos e seu processo histórico.

2 - Palmas – A capital – contextualidade e materialidade histórica

Sob essa luta secular, foi criada a cidade de Palmas²². A divisão político-administrativa do Estado de Goiás propiciou sua construção no centro do antigo Norte Goiano para que pudesse oferecer suporte aos outros municípios que vivem em constante processo de luta por desenvolvimento.

²¹ Conforme Política Nacional de Assistência Social/2004.

²² Os militantes separatistas tinham como expectativa que a capital fosse instalada em Gurupi, Araguaína ou Porto Nacional, as duas primeiras, cidades mais desenvolvidas do Estado e a terceira, no centro do Estado e referência histórica. No entanto, a capital provisória foi instalada em Miracema e logo em seguida em Palmas. Não houve participação popular, o que se pode observar como os políticos deste período recente, se utilizaram da força da luta secular, e tomaram como propriedade particular ao desqualificar a história da população tocantinense (Nascimento, 2007).

Nos moldes modernistas, de acordo com Moraes (2006), Palmas foi construída com a pretensão de tornar-se um centro de propagação, em todas as esferas, do processo econômico, sócio-político e cultural do Estado nascente. É importante ressaltar, que a cidade de Palmas tem-se constituído município referência para vários municípios pequenos do Tocantins, do Pará e do Mato Grosso, direcionado ao desenvolvimento do comércio, como no tratamento médico, dentre outras, cumprindo seu papel de capital.

Conforme Moraes (2006), a capital foi implantada à margem direita do rio Tocantins, cercada pelas serras do Carmo e do Lajeado, na região central do Estado. Possui área de 2.219 Km² e sua altitude média é de 260 metros acima do nível do mar. Palmas de acordo com o datatus²³ cresceu 948.66% entre os anos 1990 e 2007.

Palmas é uma cidade planejada, com um traçado urbano de caráter excludente, pois não previu as habitações²⁴ populares. Logo, os sujeitos ao virem para a cidade não conseguem se instalar no plano diretor – espaço planejado da cidade – uma vez que os lotes são inacessíveis para serem adquiridos pela maioria das pessoas de baixa renda. Isto as obriga a ocuparem áreas distantes do centro, fora do traçado do plano diretor, tornando a cidade ampla em extensão e de pouca densidade demográfica.

De acordo com dados da prefeitura, a cidade comportaria atualmente três milhões de habitantes, porém sua população não chega a 200 mil habitantes, segundo estudos do IBGE de 2007.

Nesse sentido, as ruas do município de Palmas tornam-se cenário das mais variadas manifestações dos movimentos sociais do Tocantins.

²³ Banco de dados do Sistema de Informação do Sistema Único da Saúde - SUS

²⁴ Compreendendo o termo habitação como um conjunto de atendimento a necessidades da população através de equipamentos sociais públicos, saneamento básico, dentre outros, um lugar para se habitar precisa contar com todas as necessidades atendidas.

Palmas, com cinco legislaturas concluídas, o primeiro prefeito foi Fenelon Barbosa, prefeito de Taquaruçu, município a 20 Km de Palmas, recém emancipado em 1989. Um acordo com o governador José Wilson Siqueira Campos transfere a sede do governo municipal para Palmas juntamente com o legislativo com a câmara municipal, e Taquaruçu passa a condição de distrito de Palmas.

O segundo prefeito foi Eduardo Siqueira Campos, filho de José Wilson Siqueira Campos de 1/01/1992 até 31/12/1996. Manoel Odir Rocha – PPB, que assumiu de 1/01/1997 até 31/12/2000, foi o terceiro prefeito. Para a quarta administração foi eleita a prefeita Nilmar Galvino Ruiz - PFL de 1º/01/2000 até 31/12/2003. A quinta administração municipal coube a Raul de Jesus Filho do PT, que reeleito em 2008, exerce atualmente o governo municipal.

Pode-se observar, que as três primeiras legislaturas tiveram na gestão municipal prefeitos ligados aos partidos de direita, com grande influência do governo estadual. Fato invertido em 2004, com a eleição de um prefeito com filiação ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleito com mais de 70% dos votos.

Borges (2004) analisa que, nas cidades onde há maior desenvolvimento, a população questiona a ordem e busca outras alternativas. Pode-se considerar que a população de Palmas com maior maturidade política busca novas formas de resolver os velhos problemas.

O atual prefeito tem como desafio administrar um Município com apenas 20 (vinte) anos de fundação, mas que em seu cotidiano tem as mais variadas formas de expressões da questão social²⁵.

²⁵ A “*questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista*” lamamoto (2002 p. 16). Estas mazelas são inerentes ao capitalismo que impede as pessoas de perceberem que a sociedade capitalista será incapaz de ser justa. Assim, a grande contradição da história é dizer que numa sociedade capitalista é possível exercer os direitos humanos. Conforme a mesma autora a questão social posta na modernização conservadora, foi vista como *disfunções*, e tratada como caso de polícia. Somente mais adiante com as conquistas dos direitos sociais na Constituição de 1988 é que aquela foi configurada como algo a ser tratado como problemas sociais produzidos e reproduzidos pelo sistema capitalista devendo, portanto, serem operacionalizadas com políticas sociais

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Palmas conta com menos de 200 (duzentos mil) habitantes, destes 58.167 (cinquenta e oito mil, cento e sessenta e sete) tem idade de 0 a 18 anos.

Sua taxa de urbanização é de 97.69%, porém ainda há 3.176 (três mil e cento e setenta e seis) pessoas residentes na zona rural, o que requer, para estas pessoas políticas de inclusão e de fortalecimento de seus vínculos em seus locais de origem.

A cor predominante, dos habitantes de Palmas de acordo com dados do IBGE é a parda, característica da miscigenação havida na região.

Essas informações possibilitam evidenciar a diversidade cultural deste município, habitado por pessoas das mais diversas regiões do país. A diversidade cultural expressa a diferença das pessoas no antigo norte goiano, daquelas do sul de Goiás, pois este foi povoado por mineiros e paulistas, enquanto que na região do Tocantins seus primeiros habitantes vieram do Maranhão, Pará e nordeste, e, ao se instalarem, misturam-se com os indígenas e os negros que aqui já habitavam. Dessa forma as expressões culturais desta região carregam uma diversidade e uma riqueza própria da região.

A probabilidade de sobrevivência até 60 anos é de 76,61%, índice bastante relevante de longevidade dos palmenses, o que indica aí o cuidado com o envelhecimento da população.

Em Palmas, registram-se 20.617 domicílios em condições precárias de moradia, sem as condições sanitárias adequadas para população, conforme dados da Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo.

Contudo, o município convive com vulnerabilidades familiares tais como: 8,31% de idosos acima de 65 anos, vivem sozinhos; há 5,12% de mulheres chefes de famílias vivendo sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos; 8,77% de crianças de 10 a 14 anos trabalham; 9,93% entre crianças e adolescentes de 7 a 14 anos são analfabetas; 24,34% da população vive com uma renda inferior a

½ salário mínimo e 13,55% das famílias têm crianças e adolescentes até 14 anos, em condições de indigência, vivendo com menos de ¼ de salário mínimo e dentre esse mesmo público 33,46% vivem em condições de pobreza, de acordo com dados do IBGE de 2000²⁶.

Neste contexto secular de lutas contraditórias, de criação do Estado do Tocantins em 1988 e de construção de Palmas, a capital projetada, em 1989, de regionalidade composta por diferentes processos migratórios e de diversidade cultural, que se tece a contextualidade e materialidade do processo histórico dos movimentos sociais.

No terceiro capítulo, apresenta-se a sistematização e reflexão, elaboradas sobre o processo histórico dos movimentos sociais em Palmas/TO, a partir da configuração do Fórum Estadual de Lutas dos Movimentos por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins, numa perspectiva de *sujeitos em cena*.

²⁶ Estes dados foram condensados pelo Geo Referenciamento do Sistema Único de Assistência Social – GEOSUAS de 2006, que compõe um dos instrumentais do Sistema de informação do Sistema Único de Assistência Social – SISUAS. Este Sistema disponibiliza dados referentes à Política de Assistência Social de todo o Brasil.

CAPÍTULO III

SUJEITOS EM CENA: PROCESSO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PALMAS/TO

1 - Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins

O *Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins* foi criado em 1995, por movimentos e organizações sociais ligados aos partidos de esquerda e por Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, com forte organização no Tocantins.

O Fórum foi criado para fortalecer as lutas, ações e movimentos sociais, vinculados às questões da terra e do trabalho. A sua constituição é fruto da aliança dos movimentos classistas, camponês e de cidadania., em face do Estado e na busca de efetivação de direitos.

A pesquisa de campo denota que, de acordo com os registros fornecidos pelo Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP, o Fórum, como já se afirmou, compreende uma estratégia de movimentos sociais do Tocantins, composto por movimentos e organizações de todo o Estado, em seus 14 (quatorze) anos de existência. Se expressa por uma legítima política, que registra vitórias, avanços, conquistas, momentos de efervescência e outros de refluxos.

A instauração do Fórum Estadual de Lutas, basicamente, ocorreu na luta de classes, pela terra e, atualmente, congrega uma série de Movimentos Sociais e organizações ligados às questões da cidadania, a exemplo dos segmentos de gênero e lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros - LGBT.

O Fórum, dentre os movimentos e as organizações que o compõem, elege uma coordenação composta por três representantes dessas instituições. Na

atualidade, a coordenação do Fórum é exercida pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB e pelo Centro de Direitos Humanos de Palmas - CDHP. O Fórum de Lutas contribuiu com a realização de vários movimentos sociais no Estado do Tocantins que agregam importantes atores coletivos e significativas lutas, com importantes conquistas.

Participam do Fórum as organizações sociais urbanas e rurais. São entidades representativas de lutas e movimentos sociais em *defesa de minorias ou categorias específicas* (homossexuais, mulheres etc); *movimentos de defesa de causas universais* (direitos humanos, ecologia etc); movimentos de classe (sindicais, trabalhadores rurais etc); e *movimentos de reivindicação urbana* (Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, Movimento Estudantil – ME etc), conforme caracterização de Miranda (1997, p. 62), discutida no primeiro capítulo.

Compõe o Fórum, também, não de forma contínua, mas em atividades pontuais 20 (vinte) entidades de cunho religioso dos mais variados credos. (Conforme quadro II anexo)

Vale ressaltar que a Igreja Católica, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's teve papel fundamental na criação do Fórum de Lutas, e constituiu importante instrumento de luta, diante do autoritarismo e interesses da classe dominante no Tocantins.

Os movimentos urbanos em *defesa das minorias* são representados pelas organizações: Casa da Mulher Oito de Março, GIAMA Grupo Ipê Amarelo e GRUCONTO que lutam pelas questões de gênero, LGBT e étnicas.

As organizações em defesas de *causas universais* foram identificados por dados obtidos junto ao CDHP, com o registro de dez Centros de Direitos Humanos e ainda, o Instituto de Defesa e Promoção dos Direitos Humano e Meio Ambiente.

Dentre as organizações *de classe*, urbano e rural, que compõem o Fórum foram identificadas 12 (doze) Sindicatos de Trabalhadores que somam o maior número de entidades deste Fórum. Identificou-se aí a forte organização dos trabalhadores, incluídos no mercado de trabalho, que, ao mesmo tempo em que lutam por questões específicas de categorias e de frações da classe trabalhadora, somam-se às outras causas.

Dos grupos de luta por *reivindicações urbanas*, foram identificados 06 (seis) organizações com as mais variadas ações e defesa de seu público específico: reforma urbana, defesa da educação, assistência social, e da criança e do adolescente.

E, como movimentos e organizações rurais, foram identificados 05 (cinco), ligados a questões rurais, ambientais e de classe, que articulam com o Fórum de Lutas dos Movimentos Sociais.

O Movimento dos Atingidos por Barragens - Mab é um movimento que surgiu com a construção das hidrelétricas em todo o país, pois essas construções, além de causarem uma série de impactos ambientais, retiraram muitas pessoas de suas terras. Em determinados locais cidades inteiras desapareceram. É um movimento em defesa desses segmentos.

O Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco é formado por mulheres, geralmente, da zona rural, que lutam por terra. O ato de quebrar coco é a estratégia de sobrevivência destas mulheres, que criaram sua própria cooperativa, para fortalecer seu trabalho e sua condição de vida.

Entende-se que o estudo do Fórum Estadual de Lutas, organizado em Palmas/TO, desde 1995, inscreve-se no campo de análise e reflexão sobre a relação entre movimento e organização social. O Fórum adquire corpo com o processo histórico de atuação, que registra um conjunto de conquistas e recuos.

Observa-se que o tipo adotado de estratégia de organização, retira os pequenos grupos de movimentos isolados, criando condições de ao se articularem com grupos maiores, ganham força nas suas lutas, que passam a compor a agenda de movimentos sociais do Estado do Tocantins.

A opção metodológica de eleger intencionalmente, para caracterização e análise as organizações de Direitos Humanos e de Luta pela Moradia, aqueles participantes do Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins justifica-se, na análise de Sader (1988), por relacionar-se sua concepção de novos sujeitos em cena, à constituição dos sujeitos que atuam na cena política do Estado em defesa das classes subalternas.

Os sujeitos protagonistas atuam numa realidade em que as novas configurações da sociedade burguesa afloram-se. O que exige uma compreensão do sujeito social:

O novo sujeito social são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultantes das decisões realizadas. (Sader, 1988, p. 10)

São então, esses sujeitos coletivos da atualidade, que se apresentam num cenário urbano e rural de conflitos, de transformações nas relações sociais capitalistas e na reprodução social.

2 - A organização dos Movimentos Sociais em Palmas/TO

A discussão elaborada sobre os movimentos sociais em Palmas/TO priorizou os grupos de Luta pela Moradia e de Direitos Humanos, duas organizações de lutas urbanas, visando a apreender sua heterogeneidade e diversidade.

Para tanto, indaga-se sobre os nexos entre sujeito em cena, sujeito coletivo e o significado que possui a cotidianidade. Assim como sobre o cenário sociopolítico, a relação com a institucionalidade e as mudanças na estrutura

social dos movimentos sociais em face das novas configurações do Estado brasileiro e suas particularidades na relação com os movimentos sociais de Palmas/TO.

Ao ampliar a reflexão dos movimentos sociais, para análise dos sujeitos em cena, reconhecendo-os como protagonistas que desenvolvem ações coletivas, considera-se, conforme Canesin (1993, p. 23) que:

A existência de um sujeito pressupõe a presença de um complexo de relações nas quais o mesmo é criado e recriado nas interrelações políticas com outros sujeitos. Essa dinâmica traduz-se numa movimentação marcada por condições objetivas e subjetivas presentes numa dada conjuntura.

E, foram esses sujeitos que constituíram a organização de movimentos sociais no Estado do Tocantins, ascenderam à cena política de construção histórica de um Estado recém criado, que se constrói com suas ações cotidianas. Esses sujeitos deram novos elementos para o Estado que ora avança, ora retroage. É, nos movimentos sociais que os homens se põem com potencial de coordenar, na coletividade, os interesses de grupos específicos com objetivos políticos amplos.

Sader (1988) lembra que trabalhar o conceito de sujeito passa por duas questões, se por um lado considera-o como ator soberano, por outro pressupõe sua sujeição. Sader (1988, p. 55) assegura:

(...) a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

Considerando que os movimentos sociais são atores que elaboram identidades coletivas para o exercício da cidadania, sua noção evidencia a posição de responsável pela construção de um projeto de sociedade e mais, de autonomia.

Discutir sujeito em cena, sujeito coletivo requer perceber-se na cena histórica do Estado do Tocantins, vários sujeitos coletivos, que, conforme identificados no capítulo anterior, influenciados por um conjunto de relações existentes no contexto histórico, econômico, cultural, político e social, desenvolveram ações que emergiram dessa cena, como protagonistas que conquistaram seu espaço no Estado do Tocantins.

As organizações de Moradia e de Direitos Humanos são sujeitos coletivos que em seu cotidiano promovem ações de execução de serviços assistenciais aos seus associados e de defesa de uma série de questões que os põem, na ordem do dia, na luta por uma sociedade diferente, na medida que questionam as contradições sociais existentes.

Paulo Netto e Carvalho (2005) analisam que o cotidiano não se desloca da constituição histórica dos sujeitos, mas ao contrário é parte constituinte desta, é onde os indivíduos sociais reproduzem-se socialmente. É, onde eles constroem sua própria história, mediada pela realidade em que se inserem.

Ainda, dialogando com Paulo Netto e Carvalho (2005, p. 67), observa-se que as determinações fundamentais da cotidianidade são a “heterogeneidade”, a “*imediaticidade*” e a “*superficialidade*”. Ao se referir à heterogeneidade, discutem que “*o caráter heteróclito da vida cotidiana constitui um universo em que, simultaneamente, se movimenta fenômenos e processos de natureza compósita*”, ou seja, as ações cotidianas dos sujeitos são resultados de uma série de diferenças culturais, étnicas, políticas, econômicas e sociais.

Paulo Netto e Carvalho (2005, p. 67) identificam que “*o padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação direta entre pensamento e ação*”. Afirmam, que sem essa relação espontânea tornar-se-ia inviável a reprodução social dos indivíduos.

No que diz respeito a “*superficialidade*” Paulo Netto e Carvalho consideram que os sujeitos ao agir vão levar em consideração a imediaticidade e a heterogeneidade do seu cotidiano. Suas ações serão expressões das

determinantes dos fenômenos que estão presentes nas situações do dia a dia. Essas determinações são “*componentes ontológicos estruturais da vida cotidiana*”. (2005, p. 67)

Nesse sentido, analisa-se em seguida os dados documentais, a processualidade histórica em que se organizam os grupos sociais em estudo, sua ação cotidiana e sua participação no Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins.

2.1 – Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM

É sob o contexto da negação do atendimento ao direito à moradia que este Movimento eclode em todo o Brasil na década de 1980. Articula-se e compõe-se com outros movimentos sociais, que, nessa década, vivem em processo de efervescência. Junto ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, luta pela instalação da Constituinte, e conquista a inserção nos capítulos da Constituição Federal, que tratam da reforma urbana, expressa nos artigos 182 e 183. Esses movimentos, que se instituem na luta pelo solo urbano, tornam-se fortes mecanismos de reivindicação por moradia.

Segundo Miranda (2005)²⁷, em 1989, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, já vinha fazendo e reforçando a luta pela questão urbana, que soma e ganha força com a realização do I Seminário Nacional de Moradia Popular.

O processo de elaboração da Constituição Federal e a realização do Iº Encontro Nacional de lideranças de vários estados deflagram, oficialmente, a fundação, em 1990, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, que atualmente, encontra-se organizado em 21 (vinte e um) estados.

²⁷ Miranda, Bismarque Roberto de Sousa, em seu artigo: A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul, em Palmas – TO, faz uma retomada histórica do Movimento de Luta pela Moradia, e situa-o em Palmas pelo estudo do objeto acima citado.

Para esse autor, o MNLM surgiu da necessidade de garantir moradia digna a todos aqueles cidadãos excluídos do direito à moradia, suas principais ações se manifestam pela organização de caravanas de: Sem Teto, Mutuários do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, inquilinos e moradores das periferias, representado por associações que foram à Brasília nos anos de 1986 a 1988, com o objetivo de levar as reivindicações de moradia para todo o país e pela reforma urbana.

A partir da análise da constituição histórica do Estado do Tocantins, apreendem-se que se trata de um Estado, cujas raízes históricas são, eminentemente agrárias, e ao se desenvolver traz para as cidades um grande número de camponeses que mudam seu modo de viver e suas relações de trabalho. Conforme Léfèbvre *apud* Moraes (2006), somente o trabalhador pode desenvolver sua atividade social e política, e assim, realizar a sociedade urbana, pois, ao viver na cidade, permeado pela realidade de novas demandas sociais, culturais, a constrói e reconstrói-se no seu novo jeito de vivência local.

E, o habitante, ao chegar à cidade, depara-se com novas demandas, busca mecanismos para o acesso a essas novas necessidades, e, para tanto, organiza-se e cria mecanismos de lutas, como um movimento social que reivindica direitos.

No Tocantins, os movimentos de luta pela moradia nascem da emergência da questão urbana que acompanha a mudança de perfil das cidades, quando há um rápido crescimento, em função da migração e da “saída” da população da zona rural e a busca pela cidade. E, vale registrar que a demanda urbana vai além da necessidade da casa, passa pelo uso do solo, à regularização fundiária. Esta é uma das grandes demandas do Movimento pela Moradia em Palmas.

No Estado do Tocantins, o MNLM foi fundado em agosto de 1995, e está presente em 12 cidades: Palmas, Paraíso, Porto Nacional, Pedro Afonso, Araguaína, Araguatins, Axixá, Augustinópolis, Carrasco Bonito, Cachoeirinha, Taguatinga e Wanderlândia.

O MNLM organiza-se em Palmas a partir da atuação das lideranças ligadas às pastorais sociais da Igreja Católica, às organizações estudantis e aos Partidos de Esquerda. Em 1995, o MNLM contribuiu com as famílias de baixa renda, na mobilização e ocupação de áreas da região norte, dessa capital, onde esses moradores contam com documentos de sessão de posse.

O MNLM, em Palmas, trava uma série de lutas na consolidação do direito constitucional à habitação. Para Miranda (2005), naquela conjuntura política, o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas, sim, grandes projetos imobiliários.

Dentre suas principais ações de pressão e reivindicação, registra-se em 2000, ocupação²⁸ por cerca de 2.500 famílias Sem Teto de quadra pública²⁹ 1306 sul - desabitada - a fim de construir moradias. Nesse período, houve um despejo violento das famílias da quadra e, conforme registro fotográfico, a polícia invadiu o local e expulsou as pessoas de forma violenta. Nesse episódio, não houve vítimas fatais, mas muitos feridos. Neste período Siqueira Campos governava pela terceira vez o Estado.

Após a retirada, as famílias ocuparam a feira coberta da 1.106 sul, onde permaneceram até quando a candidata a prefeita, Nilmar Ruiz, prometeu a doação de 2.000 lotes. O que não aconteceu em sua gestão de 2000 a 2004. Dificilmente, a prefeitura conseguiria doar lotes, pois de acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEDH/2006, o domínio das áreas públicas de Palmas é do Estado.

Em 2002, houve uma mudança significativa na gestão do poder público estadual com a eleição de um candidato que, apesar de comungar com uma ideologia política de extrema direita, se abriu para o diálogo com os movimentos sociais, conforme analisado no capítulo anterior. Várias negociações e duas grandes manifestações com cerca de 5.000 pessoas cada, resultou na doação

²⁸ Para Moraes (2006), quem ocupa terra improdutiva, que não está cumprindo sua função social, são posseiros e não invasores.

²⁹ Esta quadra está dentro do Plano Diretor de Palmas, ao lado da rodoviária de Palmas, ela era pública de domínio do Estado.

da quadra 1.306, em 2003. Somente em 2006, por votação na Assembléia Legislativa, com a unanimidade dos votos dos deputados estaduais, consolidou-se a doação, da área para o Movimento de Moradia.

A partir de 2003, com a concessão da área, o Movimento iniciou um longo processo de busca de parcerias na perspectiva de construir as casas. Os diálogos resultaram na adesão de instituições como o Ministério das Cidades, o Estado, a Prefeitura, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, dentre outras.

Naquele momento, haviam associado ao MNLM 8.104 (oito mil cento e quatro) famílias Sem Teto, sendo que foram beneficiadas 1.180 (mil cento e oitenta). A divisão dos lotes foi realizada mediante um sorteio após serem estabelecidos critérios para as famílias dele participarem.

Após negociações com o poder público, o MNLM obteve acesso ao financiamento público da construção das casas, passando a gerir recursos públicos dos programas habitacionais do Crédito Solidário, Programa de Subsídio Habitacional – PSH, Cobansa e Resolução 460.

Em 2006, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia iniciou a construção de moradias populares. O Movimento tem como principal foco a luta pela questão urbana, com a emergência das desigualdades sociais, pois os proprietários de terras monopolizam-nas e promovem, cada vez mais, a geração de lucros, o que em contrapartida deixa a maioria absoluta da população trabalhadora sem acesso aos meios necessários de sobrevivência.

Diante dessa realidade, de ausência de condições adequadas de habitabilidade, o Movimento trava longas estratégias de enfrentamento com o objetivo de transformá-la. No entanto, ao iniciar a pesquisa documental verificou-se que, em 2007, o Movimento organizou-se em função da construção de casas, não havendo nenhum registro de outras ações dos militantes do Movimento nesse período.

O Movimento, antes de iniciar as construções, desenvolvia uma série de estratégias de organização, deflagradoras de importantes conquistas. Como exemplo, a conquista do terreno para a construção das casas, fruto de ocupação, desocupação violenta, amplas negociações, reuniões descentralizadas com a população. As reuniões contavam com a participação de mais de 200 (duzentas pessoas), e eram realizadas de maneira descentralizada, em escolas municipais, ou outros espaços públicos ou igrejas, onde discutiam a conjuntura do município e os direitos de moradia, deixando a população mais preparada para reivindicar seus direitos.

Todavia, apesar de ser um movimento social de cunho reivindicativo, na conjuntura de construção de casas, foi observado, na pesquisa documental, que as ações constantes, registradas nas atas de 2007, eram apenas para fins cartoriais, mantendo sua legalidade. O trabalho de mobilização e organização coletiva do MNLM limitou-se ao trabalho técnico social³⁰, realizado com as famílias beneficiárias dos sem teto.

O MNLM faz parte do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselhos Municipal e Estadual de Segurança Alimentar, Conselho Nacional da Cidade, Conselho Estadual de Saúde do Estado.

Mantém uma atuação constante de captação de recursos financeiros para sustentação do Movimento que não é auto-sustentável. Para que essas participações institucionalizadas ocorram, é necessário assegurar de forma contínua a dinâmica de sua organização.

Ao analisar documentação, registrada pelo MNLM, identificou-se que ofícios e convites de 2007 foram utilizados para resolver questões referentes à construção das casas.

³⁰Este trabalho é desenvolvido por Assistentes Sociais contratadas com recursos destinados para construção das casas, por exigência da agente financiadora – Caixa Econômica Federal, em obediência aos critérios dos Programas de Moradias Populares do Governo Federal

Nos arquivos digitalizados do MNLM, consta um sistema de informação, com o registro, em 2007, de 10.136 (dez mil e cento e trinta e seis) famílias associadas a este movimento. São informações que possibilitam, para outros estudos, elaborar um perfil das famílias que se inscrevem no Movimento.

2.2 – Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH: Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP

Embora a discussão sobre Direitos Humana remonte desde a antiguidade, com tratados, Códigos, Tábuas Sagradas, mandamentos dentre outros, é na modernidade que adquire relevância.

A defesa dos direitos humanos é parte de uma construção histórica da humanidade, que veio se dando de maneira progressiva de acordo com Santos (2002). Em determinados períodos, os extermínios dos considerados “culpados” aconteciam em praça pública e era para a sociedade como um momento de diversão pública. Com o tempo, as pessoas foram criando repulsa àquele tipo de penalização e elas mesmas passaram a questioná-los.

A primeira declaração que demonstra a preocupação com os Direitos Humanos é o código de *Hamurábi*³¹, que mesmo mostrando contradições no tratado da pessoa humana, deixa claro como seriam distribuídos os direitos, ao segmentar a sociedade. Propõe os direitos dos nobres, dos pobres e dos escravos, sendo esse altamente severo ao estabelecer a lei para os escravos,

³¹Khammu-rabi, rei da Babilônia no 18º século AC, estendeu grandemente seu império e governou uma confederação de cidades-estado. Erigiu, no final de seu reinado, uma enorme “Estela” em diorito, na qual ele é retratado recebendo a insígnia do reinado e da justiça do rei Marduk. Abaixo mandou escreverem 21 colunas, 282 cláusulas que ficaram conhecidas como Código de Hamurábi (embora abrangesse também antigas leis). Muitas das provisões do código referem-se às três cláusulas sociais: a do “awelum” (“filho do homem”, ou seja, a classe mais alta, dos homens livres, que eram merecedoras de maiores compensações por injúria – retaliações – mas por outro lado arcava com as multas mais pesadas por ofensas); no estágio imediatamente inferior, a classe de “mushkenum”, cidadão livre mas de menor status e obrigações mais leves; por último, a classe do “wadum”, escravo marcado que, no entanto, podia ter propriedade. O código referia-se também ao comércio (no qual o caixeiro viajante ocupava lugar importante), à família (inclusive o divórcio, o pátrio poder, a adoção, o adultério, o incesto), ao trabalho (precursor do salário mínimo, das categorias profissionais, das leis trabalhistas, à propriedade (...)) (CÓDIGO DE HAMURÁBI)

porém, muito mais branda ao aplicá-la aos nobres, que poderiam inclusive pagar por seus crimes de desobediência à lei.

Mas, o discurso propriamente de direitos humanos vem à tona com a Declaração Universal do Direito do Homem, na revolução francesa, em 1789, como relata Hobsbawm (1982), com a ascensão da burguesia, conforme analisado anteriormente.

É importante ressaltar que dificilmente os direitos humanos serão assegurados na sociedade capitalista. *A liberdade, a fraternidade e a igualdade* proclamada pela burguesia na Revolução Francesa está condicionado ao próprio sistema que impõe a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente.

Marx e Engels (1991, p. 43-50), analisam que:

(...) A liberdade individual e sua aplicação constituem no fundamento da sociedade burguesa (...), a vida política se declara como simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa. É óbvio que a prática revolucionária está em contradição flagrante com a teoria. Assim, a proclamação da segurança como um direito humano coloca publicamente na ordem do dia a violação do segredo de correspondência (...) o direito humano a liberdade deixa de ser um direito ao colidir com a vida política, ao passo que, a vida política é tão somente a garantia dos direitos humanos, dos direitos do homem individual, (...), o homem não se libertou da religião; obteve, (...), a liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da indústria, obteve liberdade industrial.

Para Hobsbawm (1982, p. 77) trata-se de questionar quais são os direitos do homem e a quem estes direitos estão direcionados?

(...) as exigências dos *burgueses formas* delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um documento em favor de uma sociedade democrática e igualitária. “Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis”, dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê distinções sociais, ainda que “somente no terreno da utilidade comum”. A propriedade privada era um direito natural, sagrado e inalienável.

Os Direitos Humanos, defendidos naquele momento, não eram para todos, porém para um grupo de privilegiados proprietários, pois ser cidadão significava ter propriedade.

Posteriormente, houve vários tratados como o das Nações Unidas em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é um dos países signatários.

Silva (1999, p. 36-37) analisa que os direitos humanos estão subdivididos na Declaração Universal da ONU de 1948 em:

(...) primeira geração, quais sejam os direitos civis e políticos, entendidos como direitos de liberdade, segurança, integridade física e moral da pessoa, e de participar da vida pública, considerados direitos de titularidade individual, inerentes ao indivíduo perante o Estado. Os de segunda geração, são os direitos econômicos, sociais e culturais referentes à existência de condições de vida e acesso aos bens materiais e culturais adequados à dignidade humana, direitos de crédito do indivíduo em relação à coletividade.

(...) direitos de terceira e quarta geração. São titulares destes direitos, não os indivíduos singularmente, mas os grupos humanos como a família, o povo, a nação, coletividades regionais ou étnicas e a própria humanidade. São os direitos relativos à autodeterminação dos povos; ao desenvolvimento; à paz; ao meio ambiente; ao reconhecimento dos fundos oceânicos como patrimônio comum da humanidade.

Observa-se nessa análise de Silva (1999) a constituição dos direitos humanos na contemporaneidade, como eles são tratados do ponto de vista da sua materialidade na Declaração de 1948, prevendo o acesso a todos os direitos necessários, para assegurar os direitos humanos de toda a coletividade.

No entanto, o sistema capitalista produz e reproduz, de acordo com Lamamoto (2001), uma séria de mazelas expressas na sociedade que agride todos os direitos humanos, postos nestes tratados internacionais.

O Movimento de Direitos Humanos, apesar de sua institucionalização ocorrer apenas em 1982, a luta por direitos humanos em nosso País ocorre desde o Brasil colônia, conforme lembra Gohn (1995, p. 40 – 53):

Os movimentos em torno da questão dos escravos absorveram grande parte da agenda das lutas sociais do período *Século XIX*...

1857 – Primeira greve de escravos-operários do Brasil, (...)

1878-88 – Movimento abolicionista. As lutas escravas precederam o movimento abolicionista, (...)

(...) a abolição foi uma luta árdua e não uma concessão de qualquer setor ou grupo social. Foi uma luta dos próprios escravos, apoiados em vários momentos por intelectuais e políticos (...)

(...) A luta abolicionista e a propaganda republicana foram conduzidas por movimentos sociais sem qualquer disciplina partidária, (...)

Como se pode observar, historicamente, ocorrerem lutas e manifestações, tanto no Brasil quanto na Latino-Americana, pela defesa da emancipação humana.

Calderón e Jelim (1987, p. 80), na discussão dos movimentos emergentes na ditadura militar, fazem a seguinte reflexão acerca dos direitos humanos:

(...) Os movimentos de direitos humanos apelam, como princípio aglutinador de sua prática política, a um sistema de valores fundamentais: a vida, a verdade, a justiça, colocando exigência ética de caráter humanitário. Ainda que sua lógica seja defensiva, sua potencialidade reside na capacidade de desnudar, partindo de uma ética fundamentalista, a lógica da dominação. Assim, a partir de uma estratégia defensiva, vai-se estruturando lentamente na sociedade um consenso social sumamente amplo e capaz de convocar setores muito amplos e heterogêneos, que questionam e desqualificam a legalidade da dominação ditatorial. Porém, se trata em princípios de práticas expressivas, não instrumentais, que necessitam manter-se equidistantes de todas as mediações políticas partidárias para poder continuar gerando um amplo consenso.

O debate sobre direitos humanos, como relata Santos (2002), apesar de ganhar maior relevância no seio da burguesia não consegue, dentro da sociedade capitalista, ser concreto. Porém, nos países periféricos, os direitos humanos passam a ser uma bandeira dos movimentos de esquerda que lutam por esses direitos. Inclusive no Brasil, grande protagonista das lutas sociais, principalmente no período da ditadura militar.

Naquele período, o Movimento de Direitos Humanos organiza-se na clandestinidade, já que era proibida a organização de movimentos sociais. Entretanto, ao término da ditadura na década de 1980, houve um forte processo de institucionalização dos Movimentos Sociais e o Movimento de Direitos

Humanos organizou-se, ora por instituições de referência na defesa de direitos humanos, ora em Centros de Direitos Humanos. Todas as organizações filiam-se ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, e no Tocantins, não é diferente.

Com relativo espaço de liberdade, muitas pessoas, desafiadas pela flagrante violação dos direitos da grande maioria da população, começaram a construir grupos de denúncia, denominados Centros de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH's. Uns, a partir da união e organização solidária das lutas pelos oprimidos e marginalizados, outros organizaram-se em paróquias e dioceses pôr iniciativa de pastorais. Caracterizavam-se pela autonomia em relação às instituições, inclusive a eclesial, embora mantendo íntima ligação com setores engajados das Igrejas.

Conforme análise documental em livro ata, o Centro de Direitos Humanos de Palmas - CDHP foi fundado em Palmas, em 1995, com a participação de vários movimentos sociais. Consta-se que ele tem uma rotina de organização dos registros de suas ações. O CDHP lança mão de registro em ata das assembléias e reuniões do Conselho de direito, contribuindo para construção da memória do Centro - CDHP.

O Centro de Direitos Humanos de Palmas congrega 51 (cinquenta e um) associados e oferece serviços de orientação e defesa sócio-jurídico. É uma organização social de grande potencial articulador com os outros movimentos. Produz documentos de cunho educativo, principalmente relacionado à defesa de direitos. Constitui-se um movimento social internacional, tendo fórum no município de Palmas.

Conforme seu Estatuto (1995), o CDHP é entidade de solidariedade, aperfeiçoamento político-social, pesquisa e educação para os direitos humanos. A entidade deve “*manter a formação e conscientização de base (...) organização local de comissão de direitos humanos (...) assessoria jurídica (...) atividades (...) para o ensino e educação sobre direitos humanos (...) articulação internacional sobre direitos humanos (...)*”

Os associados do CDHP têm algumas obrigações sociais, como: participar das comissões, nas atividades afins, conforme as suas aptidões, participar das assembléias, dos conselhos e dos cursos. O conselho diretor, conforme seu Estatuto, deveria reunir-se uma vez por mês, porém, em 2007, registraram-se apenas cinco reuniões.

Consta no Relatório de 2007, ações voltadas para a educação em Direitos Humanos, participação em eventos, promovidos pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, participação em seminários, encontros, conferências, audiências públicas, com discussão de medidas socioeducativas, situação de violência contra a mulher, segurança pública, justiça e cidadania, violência no Tocantins, educação para todos, diversidade sexual e reforma política.

O Centro promove curso, em parceria, com a universidade sobre direitos humanos, entre outras. O CDHP faz reunião de planejamento das ações, realiza palestras de direitos humanos para crianças e adolescentes.

Os militantes do CDHP participam das lutas dos fóruns e movimentos de defesa da criança e do adolescente, da assistência social, dos conselhos de políticas públicas. Participantes de atos públicos, como os de defesa de direitos da questão indígena.

O Centro é organizado em várias comissões: educação; desenvolvimento institucional; articulação com entidades afins; políticas públicas; sistema de garantia de direitos. A entidade dispõe de folder institucional, utiliza também, como estratégia em sua luta a favor dos direitos humanos, publicações nos jornais, conforme consta no Relatório 2007.

Na atualidade, os Movimentos Sociais no Tocantins, liderados pelos Movimentos de Luta pela Moradia e de Direitos Humanos, expressam as suas lutas e necessidades emergentes como sujeitos em cena, protagonistas no processo histórico de Palmas/TO.

O estudo apresentado possibilita demonstrar que no desenvolvimento das estratégias de lutas de fortalecimento de suas bandeiras, os vários movimentos contam com a organização *Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins*, com as mais variadas manifestações, contrárias às forças conservadoras que os oprimem, além do desenvolvimento de ações de acesso aos direitos sociais, no processo de consolidação da cidadania.

3 - Sujeitos em cena e a dialética do movimento e sua Institucionalidade

Esse breve levantamento possibilita reconhecer que o foco dos movimentos sociais é direcionado para a defesa da cidadania e para o advento de outra sociedade. Nesse sentido, atestam que é necessário o acesso dos cidadãos a todos os direitos civis, políticos, sociais, culturais, que para Viana (2003) compõem a cidadania ampliada que é a concretização de todos os direitos adquiridos. Os direitos que foram adquiridos nos séculos XVIII, XIX e XX respectivamente, tornaram-se acontecimentos históricos, com grandes conquistas no campo da cidadania. Para assegurar os direitos sociais, esses movimentos lidam com a tensão, decorrente, historicamente, de sua natureza reivindicativa e processual e sua institucionalização.

A medida que os movimentos executam programas sociais com o Estado ou no lugar do Estado, esses movimentos mudam seu perfil. Como relata Mestriner (2001), houve alguns momentos históricos em que os movimentos criaram instituições para resolverem os problemas dos trabalhadores: tais como as associações mutuárias de assistência social.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de se aprofundar as discussões teóricas e política sobre atuação dos movimentos sociais. Logo entende-se que ao institucionalizar-se, o movimento social assume uma configuração de organização não governamental – ONG. Mas perde seu protagonismo como instância defensora dos direitos de cidadania?

Pelo que se pode notar, o MNLM e o CDHP executam serviços sociais relacionados com as políticas sociais, atendendo a um público alvo, focalizado

em suas vulnerabilidades sociais, em decorrência da violação de direitos e da pobreza.

Os movimentos sociais, como afirma Ferreira (2004, p. 186), convivem sob a dialética, movimento social e institucionalidade, traduzida aqui pelo autor, como o processo da relação “*de uma tensão permanente entre “movimento” e “instituição”.*”, ou seja, encontra-se na conflitualidade entre o Estado e a Sociedade Civil, por meio de movimentos que podem estar numa:

(...) passagem “de um estado (ou estatuto) de mera ‘serialidade’, a um estado (ou estatuto) de ‘grupo constituído’, mas de um grupo (...) que a si mesmo (e na acção) se apercebe, constitui e assume, simultaneamente como distinto da instituição e como portador, em face dela, de interesses, problemas e projectos. (Ferreira, 2004, p. 168).

Ainda para este autor, as metamorfoses do Estado influenciaram diretamente na estrutura de organização dos movimentos sociais, que como estratégia, para participarem das decisões das políticas como no caso do controle, social, saíram da serialidade, para tornarem-se grupo constituído.

Os movimentos sociais, ao se tornarem grupo constituído, institucionalizam-se e passam a ser organização social. Conforme Castoriades *apud* Cruz³² (2005, p. 75), instituição: “*é uma rede simbólica, socialmente sancionada, em que se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional de um componente imaginário*”. Não se trata, aqui, de dizer que as instituições são indeterminadas, ou confundir-se com a falta de autonomia ou de liberdade, mas de compreender que o “*real e o racional*” são construções de um processo histórico, carregado de objetivações.

A relação dialética entre movimento social e institucionalidade aponta duas questões: por um lado a institucionalidade da organização social, com sua constituição e materialidade, numa sociedade regida pelas leis burocráticas, às quais, os movimentos, ao se organizarem, aderem, com fins estratégicos de

³² Cruz, José Adelson, professor da Universidade Federal de Goiás, realizou uma pesquisa sobre as Organizações Não Governamentais de Goiás, enfatizando, uma abordagem crítica, o papel político destas no contexto de Goiás. Fruto deste estudo é sua tese de doutorado pela UNICAMP, com o título “ Organizações Não –Governamentais, Reforma no Estado e Política no Brasil: Um estudo com base na realidade de Goiás”

inserção no modelo de organização da sociedade; por outro lado, conforme discutido acima, a relação de movimento social e Estado, que se estabelece num constante processo de conflito.

A análise possibilita compreender o fenômeno ocorrido no Brasil na década de 1980, quando os movimentos sociais passam a viver uma nova realidade com a abertura política. Os movimentos saem da clandestinidade e com a conquista da Constituição Federal, é possível constituírem-se novos canais de lutas institucionalizadas.

Com a conquista da Constituição Federal, os movimentos legalizam espaços, como: as conferências municipais, estaduais e nacionais; os conselhos de direitos em todas as esferas de governo e estabelece-se outra relação do movimento com o Estado. Porém, para tanto, é necessário que os movimentos se adequem a nova realidade de participação. Será que essa nova realidade interfere em sua autonomia?

Os movimentos sociais de Palmas – TO em sua maioria foram criados depois da década de 1990. Isso se deu pelo fato de o município ter sido criado somente em 1989. É importante destacar que há movimentos que se instalam em Palmas nessas décadas, porém já existem em todo o Brasil.

Os mais antigos são os movimentos classista e rural por fazerem parte de uma história que antecede à criação do município. Os movimentos ligados ao meio rural têm uma longa herança de sentimento de luta por terra no Brasil, e no Tocantins esta realidade não é diferente, ao contrário este é um estado que foi palco de muitas lutas camponesas.

Analisar as duas Organizações Sociais citados reportou-se a observar suas estruturas participativas, o caráter de suas lutas, a relação movimento social e Estado e a conjuntura em que se encontram, para captar influências das mudanças societárias, conforme discussão do primeiro capítulo.

A partir da avaliação documental dos relatórios de atividades do MNLM e CDHP, constatou-se que trabalham com planejamento, realizam ações de fortalecimento de grupos, realizam ações internas que fortalecem a vivência da democracia e articulam-se com outros movimentos sociais.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM tem sua estrutura participativa bastante diferenciada do Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP, a começar pelo número de associados, observa-se que no Movimento de Moradia consta 10.136 (dez mil e cento e trinta e seis) e no Movimento de Direitos Humanos são apenas 51 (cinquenta e um). Esse dado não representa que o Movimento de Direitos Humanos tenha menor relevância social em função de ter menos associados, mas tão somente que o Movimento de Moradia é uma organização de participação em massa e que apesar de ter 10.136 (dez mil e cento e trinta e seis), constatou-se que ele não conta com a participação de todos em suas atividades. É importante destacar que com esse número de associados, as condições reivindicativas ficam bastante privilegiadas.

Já o Movimento de Direitos Humanos, mesmo com o número reduzido de associados, desenvolve ações que em determinados momentos, como é o caso da organização da Conferência Estadual de Direitos Humanos, atinge um número bastante elevado de pessoas e segmentos da sociedade.

Ao analisar o caráter de lutas das duas organizações sociais, a partir das constatações registradas em linhas anteriores, verifica-se que o Movimento Nacional de luta pela Moradia de Palmas é uma organização de caráter reivindicativo. Contudo, na atualidade, com os incentivos governamentais, tem-se destacado na realização de ações de assistência aos seus associados, conforme registrado pela análise documental.

O Centro de Direitos Humanos que também faz intervenções, mas no âmbito da defesa de direitos e de assessorias aos outros movimentos sociais, também participa das reivindicações, organizadas por outros movimentos sociais, ou por ele mesmo, mas tem como característica predominante as ações de cunho educativo, na perspectiva de outra cultura, nos dizeres de Gramsci.

Na discussão de processos educativos, vale fazer um destaque para os movimentos sociais em análise, pois ambos demonstram desenvolver ações pedagógicas, pois na análise de Abreu (2004, p. 45):

(...), as relações pedagógicas fazem parte do nexo orgânico entre racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, mediante o qual são articulados os interesses econômicos, políticos e ideológicos, plasmando subjetividades e normas de condutas individual e coletivas, elementos moleculares de uma cultura.

Neste sentido, Gramsci *apud* Abreu (2004), afirma que a organização da classe trabalhadora luta pela construção de sua hegemonia³³, e que essa luta, sendo revolucionária, constitui-se em ponto estratégico na busca da transformação dos projetos societários, de capitalista para socialista, e é dessas ações educativas que se poderá construir uma outra cultura, sendo este o percurso a ser seguido pelos movimentos sociais que se reclamarem revolucionários.

Abreu (2004, p. 46) lembra que “*Gramsci fala da reforma intelectual e moral articulada organicamente a um programa de transformações econômicas, sendo a expressão concreta desse movimento, ao mesmo tempo em que o instrumentaliza.*”

As duas organizações sociais estudadas foram criadas no município de Palmas na década de 1990, período que coincide com a implementação do município, com forte exclusão das classes subalternas, tanto no que se refere ao desrespeito aos direitos humanos de modo geral, como com o desrespeito ao direito à moradia e a uma vida urbana digna, conforme direitos já conquistados.

³³ Hegemonia na análise gramsciana refere-se não apenas à função do domínio, mas fundamentalmente, à função de direção intelectual e moral que uma classe ou frações de classe imprime ao conjunto da sociedade, mediante processos coercitivos e persuasivos, em que a ideologia (como concepção de mundo) é elemento central. A construção da direção intelectual e moral materializa-se em cultura, na medida em que ocorre a transformação de ideologias em ações vitais, mediante formação de subjetividades e normas de conduta individual e coletiva (...) (Abreu, 2004, p. 45).

Destacou-se como ponto forte de análise, a relação entre o Estado e os movimentos sociais. Nessa perspectiva, verifica-se nos dados trazidos pela pesquisa, que ambos os movimentos têm cadeira nos conselhos de políticas. Será que, se apropriarem desses canais de participação trata-se de mera estratégia de militância?

De acordo com Bravo (2006, p. 83), “*o sentido do controle social inscrito na Constituição é o da participação da população no sentido de elaborar, implementar e fiscalizar as políticas sociais*”. Então, a participação dos movimentos nas instâncias de controle, oferece-lhes um importante canal de disputa por projetos políticos, e mesmo com todas as fragilidades dos conselhos. Constituem instâncias legítimas de participação da sociedade. No caso específico dos movimentos de moradia e de direitos humanos a participação nos conselhos, constitui instrumento de luta, num espaço contraditório de disputas de projetos políticos.

Ainda de acordo com a mesma autora, as experiências de conselhos ocorrem no Brasil desde o início do século XX, nas comissões de fábricas e, mais recentemente, na década de 1970 e 1980, elas são fortemente influenciadas pelo movimento operário oposicionista, emergindo debates sobre a criação dos mais variados conselhos. Para Gohn *apud* Bravo (2006), o debate sobre os conselhos encontra-se tanto em setores liberais, como da esquerda, sendo que, para os liberais, os conselhos são mecanismos de colaboração e para a esquerda constituem vias de transformações sociais.

Em 2005, na III Conferência Municipal de Assistência Social, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, encabeçou uma nota de repúdio ao primeirodamismo³⁴ instalado na Secretaria Municipal de Assistência Social. Este ato denunciou a continuidade do trabalho assistencialista, focalizado e clientelista. Como se pôde observar, não houve êxito, na ação da sociedade civil,

³⁴ Primeirodamismo, termo utilizado para identificar que no órgão gestor da política de assistência social, a gestora da pasta trata-se da esposa do prefeito, esta é um prática histórica dos gestores bastante criticada, principalmente pela categoria profissional de Serviço Social.

mas não se pode negar que os movimentos sociais delimitaram o campo que defendem.

A participação de organizações sociais nos Conselhos, que foi institucionalizada com a promulgação da Constituição Federal, tornou-se instrumento de luta e os movimentos sociais estão apropriando-se deste canal de luta, de diferentes formas. Para aprofundar a essa questão, sugere-se a realização de pesquisa específica da participação dos movimentos nos espaços de controle social.

3.1 – Estado e movimentos sociais

No Brasil, de acordo com Paulo Netto (1996), o capitalismo monopolista é articulador de grandes investimentos no capital produtivo, com o Estado criando as condições necessárias para a ampliação do máximo de lucro com o mínimo de custos. Essa exorbitante contradição do Estado burguês põe em evidência a ausência de direitos humanos, isto é, do exercício da cidadania ampliada, entendida como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais e culturais.

No entanto, essa realidade não impediu os trabalhadores de promoverem uma verdadeira batalha na luta por direitos de cidadania. Um processo de efervescência dos movimentos sociais que se uniram contra a ditadura militar pela abertura política. Como resultado destas lutas conquistou-se, no ano de 1988, a promulgação da nova Constituição Federal, um marco para o Brasil, no campo dos direitos sociais. Essa foi considerada a Constituição cidadã, fruto das ações de setores organizados na sociedade que fazem parte da história do País.

Vale retomar Gohn (1995, p. 7) ao afirmar que *“(...) essas ações aparecem nos registros e estudos históricos como acontecimentos marginais, como disfunções a ordem social vigente. Várias transformaram-se em movimentos, lutas prolongadas, ou até guerras (...).”*

Esses movimentos eram incômodos para os dirigentes governamentais, que faziam questão de estrategicamente desconsiderar ou desarticular os movimentos. Como afirma Guerra (2002), existe uma vertente na sociologia, para a qual a sociedade é como um organismo, e qualquer contradição ou movimento contrário à ordem é vista como disfunções que precisam ser “tratadas”.

Nesta década, mais uma vez na contramão da história, enquanto no restante do mundo, com a reestruturação produtiva e o enfraquecimento da classe trabalhadora, inicia-se o processo de desmonte das Políticas Sociais; no Brasil, eleva-se o campo dos Direitos Sociais que nascem constitucionalmente, sob forte ambigüidade ao ser legalmente instituídos, mas ao mesmo tempo, desmontam-se na sua efetivação.

Na década de 1990, sob a orientação do projeto neoliberal, as políticas sociais institucionais como educação, saúde, previdência social, assistência social dentre outras, criadas pelo Estado por reivindicação dos diversos movimentos existentes no Brasil, não são implementadas, da forma que estão inscritas na lei, mas tratadas como contador, ou seja, somente questões financeiras são levadas em conta. Conforme Yamamoto (2003), devem ser implementadas de acordo com as verbas existentes nos cofres públicos.

Os discursos dominantes referem-se ao mercado como o regulador de todas as relações sociais, cabendo ao indivíduo assumir o ônus pelo seu fracasso ou sucesso. Para Yamamoto (2003), o cidadão é tratado como um mero consumidor.

Na atualidade em tempos de capital financeiro conforme Yamamoto (2007, p. 100) “*A expansão monopolista provoca a fusão entre o capital industrial e o bancário, (...)*” nesse processo as pequenas agências financeiras são grandes grupos, que os tornam capitalistas coletivos, criando-se aí formas bastante favoráveis de acumulação capitalista. Essas são formas, ainda, mais brutais de criar-se ainda mais pauperização, tendo em vista a volatilidade do dinheiro, que quando conveniente, em questão de segundos mudam-se de países deixando uma verdadeira miséria.

A realidade da sociabilidade capitalista demonstra a contraditoriedade em que a classe trabalhadora está inserida, e o quanto se faz necessário o fortalecimento dos atores sociais e de suas lutas por transformação.

É importante lembrar que Boron (1999) em suas análises sobre o neoliberalismo, assegura que a satanização do Estado teve um grande êxito no campo das idéias, mas efetivamente não trouxe progresso, pois o neoliberalismo em seu melhor formato provoca desemprego e acentua as desigualdades sociais. Lembra ainda que os estados dos países latinos americanos nunca foram grandes demais e que por traz da defesa do Estado mínimo está, na verdade, este somente para os direitos sociais, mas para os grandes grupos econômicos o Estado, na verdade, é máximo.

Seguindo esta análise Boron (1999), afirma que é preciso combater a falácia de que há um Estado grande demais, pois compararem-se os estados latinos americanos com os estados do primeiro mundo, na verdade, são pequenos, e, reduzi-los mais ainda, é um grande equívoco, principalmente porque metade das populações desses países vive abaixo da linha da pobreza e, os impostos pagos são um quinto ou um sexto daqueles dos Estados de primeiro mundo. Na verdade, esses Estados mesmo pequenos oferecem grandes vantagens às grandes empresas, sendo muito conveniente se acabar com os mecanismos de regulação do Estado.

Ainda, conforme este autor, se esses Estados quiserem se tornar de primeiro mundo, algum dia, teriam que rediscutir o neoliberalismo, pois não se trata de criar estados grandes, mas sim fortes, capazes de protegerem suas economias e sua população, no sentido de assegurar sua autonomia.

De que adianta ter uma economia equilibrada com zero de inflação ou uma balança comercial equilibrada, se a pobreza só aumenta, tanto na zona rural como na zona urbana.

Boron (1999) acredita que, mesmo nas fases exitosas, o neoliberalismo provoca duas questões: primeira, a quanta pobreza e exclusão social a democracia vai resistir? Segundo, por quanto tempo a democracia vai resistir às iniquidades estruturais provocadas pelo sistema econômico?

A reestruturação econômica neoliberal ocorreu à custa das classes exploradas, as desigualdades sociais não diluíram, a produção não foi socializada e a prosperidade não chegou para todos, na verdade, o que ocorreu foi justamente o contrário. No entanto, conforme Boron (1999), nada na história autoriza a pensar que o neoliberalismo está consolidado e assim ficará para sempre. Mesmo porque sua “grande promessa” não foi cumprida.

É sob esse processo histórico que o Estado se metamorfoseia, em atendimento às necessidades do capital, quando o capitalismo tem condições de caminhar de forma autônoma, diz que são as leis do mercado que devem prevalecer, e o Estado não deve interferir. Quando os capitalistas precisam de estrutura para se fortalecer, o Estado oferece toda a estrutura necessária, como é o caso do capitalismo monopolista, vivido pelo Brasil, principalmente, no período da ditadura militar.

De acordo com Bhering e Boschett (2007), é na realização das Políticas Sociais, instrumentos necessários ao alcance da cidadania, que se abre um caminho para a possibilidade de se ter as necessidades atendidas. Neste sentido, as políticas sociais devem ser compreendidas não como um fim em si mesmas, mas um meio para que a luta se materialize.

É neste contexto de Estado mínimo que os movimentos sociais relacionam-se com o Estado, com os mecanismos oficiais de democracia, com os incentivos financeiros para realizar ações de sua responsabilidade. O que pode enfraquecê-los e suas ações políticas, como é o caso do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que ao assumir a execução de ações que o Estado teria que desenvolver diminuiu seu poder reivindicativo e sua força político educativa entre os militantes.

A literatura especializada, expressão das tendências trabalhadas nesta dissertação, recomenda o exame das estratégias de atuação dos movimentos sociais, relacionando-as com a contextualidade que metamorfoseia e recria novas formas de dominação sobre a classe trabalhadora, bem como a busca de mudanças nas estruturas participativas dos movimentos sociais, para que alcancem seus objetivos desejados.

A reflexão crítica desse contexto e suas metamorfoses sintetizam os objetivos perseguidos na elaboração da dissertação *Sujeitos em Cena: O processo de organização dos movimentos sociais em - Palmas/TO 1989/2008*. Conforme Paulo Netto (1996), as “*transformações societárias*” reconfiguram as necessidades sociais presentes no contexto social, criam novas necessidades e provocam profundas mudanças no seio da sociedade. É nesse contexto que os movimentos sociais metamorfoseiam sua forma de se organizar e de agir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o mestrado, propôs-se pesquisar as metodologias contemporâneas de organização dos movimentos sociais, questionando-se, sobre o que são metodologias. E mais, que metodologias de organização dos movimentos sociais se modificam com o processo de transformações na sociedade?

Estas questões foram revistas e reformuladas, possibilitando delimitar o objeto de estudo na identificação, caracterização e análise das transformações na sociedade que influenciam o processo de organização dos movimentos sociais, com ênfase no processo histórico de organização dos movimentos sociais de Palmas/TO.

Seguindo esta direção, a pesquisa orientou o percurso teórico-metodológico e conceitual, priorizando compreender o processo histórico dos movimentos sociais e suas ações, adiando, para outra investigação, o estudo das metodologias de organização dos movimentos sociais, fortemente influenciadas pelas reconfigurações societárias.

Estudar a temática dos movimentos sociais pressupõe compreender que se trata de uma questão complexa, o que sugere uma rigorosa investigação teórico-conceitual, dado às mediações e nexos que a constituem. Observa-se que os movimentos sociais são necessários às transformações sociais; no entanto, vale problematizar o que representam estas transformações, e fortalecem quais projetos políticos? É neste campo contraditório, complexo e permeado por conflitos que os movimentos se desenvolvem, articulam-se, organizam-se como defensores das questões expressas nas bandeiras de lutas, que podem ser revolucionárias, reacionárias ou conservadoras, enfim, os movimentos sociais podem contribuir para que ocorram transformações.

As relações políticas, estabelecidas no Estado do Tocantins, permeadas pelo mandonismo, clientelismo, apropriação privada dos bens públicos, não operou grandes avanços com a constituição da autonomia do Estado, uma vez que o grupo que se consolidou no poder assegura a continuidade e a atualização de práticas político-ideológicas conservadoras.

No entanto, não se pode negar que, mesmo tendo um Estado dirigido por forças conservadoras, houve significativas mudanças na região, resultantes: da construção de estradas, ligando o Estado ao restante do país, da autonomia político-administrativa, da emancipação de vários distritos, transformando-os em cidades, mesmo que de pequeno porte e de pequeno potencial de produção de bens e serviços.

A construção da cidade de Palmas foi realizada num espaço geográfico que não tinha poder político constituído, visto que, não era cidade, fato que causou grande estranhamento entre os políticos da época. Observa-se que este ato enfraquece os sujeitos coletivos defensores de um Estado para todos que integram o antigo norte goiano, herdeiros de uma contraditória luta secular. E num novo cenário, em poucos anos, se constrói uma cidade, que se consolida. Suas quatro primeiras administrações públicas são a representação do poder do Estado na cidade.

É no cenário da Capital, cidade com vinte anos de criação, que se desvelam novas forma de lutas, e a cidade de Palmas torna-se cenário privilegiado dos principais movimentos sociais do Estado. É sob esta realidade que Palmas constrói outra cultura política, alternativa ao conservadorismo vigente, e elege um prefeito com feições de esquerda, em 2005.

Observou-se que as organizações e os movimentos sociais presentes no Estado do Tocantins criam importantes mecanismos de fortalecimentos de suas lutas, como o *Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania*, espaço de articulação e unificação em torno das conquistas de suas bandeiras de luta, necessárias e possíveis.

A pesquisa identificou, a partir das organizações sociais de luta por Moradia e de Direitos Humanos, integrantes do *Fórum de Lutas*, dimensões do processo histórico de organização de suas principais lutas. Vale ressaltar que muitas dessas lutas se transformaram em conquistas, que provocaram mudanças no contexto da vida cotidiana de vários sujeitos do município de Palmas.

O Movimento de Direitos Humanos, com um longo processo de intervenção na defesa por justiça social em todo o Brasil, reconfigura sua forma de atuar. Na atualidade, apropria-se de todos os canais de participação e prioriza sua intervenção por meio de ações de cunho educativo, na perspectiva da construção de uma cultura democrática, com respeito à liberdade, e à construção da equidade e justiça social.

Já o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, tendo sua criação mais recente, surge das contradições do acesso à cidade, com uma urbanidade que expresse a inclusão social dos sujeitos, nos direitos de cidadania. No Tocantins, este movimento social tem importante atuação, que vai além da defesa por moradia, com a apropriação dos mais variados instrumentos de lutas para que se construa uma cidade justa e para todos.

Ao recorrer à perspectiva metodológica de análise dos movimentos sociais de Canesin (1997), afirma-se que o município de Palmas, por tratar-se de uma das cidades mais desenvolvidas do Estado do Tocantins, é campo privilegiado para o desenvolvimento dos movimentos sociais, pois a cidade com sua dinâmica de acesso às mais variadas políticas sociais e econômicas, mesmo com suas precariedades, favorece o desenvolvimento da consciência de classe.

No estudo do processo histórico dos movimentos sociais do Tocantins, com o caso particular das organizações de direitos humanos e de moradia, seguindo análise de Canesin (1993), identificou-se que suas estratégias de organização perpassam por ações de caráter educativo, mediante as mais variadas expressões coletivas, por meio de palestras, discussões sobre direitos sociais, análises de conjuntura da realidade local com os militantes, além de

outras ações. E, de forma institucionalizada, com a participação em instâncias de controle social, negociações diversas com o poder público, entre outras.

Diante das características presentes no cotidiano dos movimentos sociais, observou-se uma série de desafios no processo de organização e participação dos sujeitos, que aflora na conjuntura de crise e refluxo das lutas sociais.

Ainda recorrendo-se a Canesin (1993), em sua análise das influências da temporalidade na forma de organizar os movimentos sociais, considera-se que as organizações sociais de moradia e de direitos humanos desenvolveram suas ações, conforme a conjuntura apresentada.

Os movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 1990, convivem com a dialética movimento - institucionalidade, uma tendência nacional, que intensifica a relação com o Estado sob suas novas configurações “democrático” e neoliberal, de tal forma que busquem assegurar o atendimento às suas bandeiras de lutas, numa relação diferenciada do período da ditadura militar. O desafio reside em relacionar-se com o Estado e manter sua autonomia.

Na atualidade, encontra-se consolidado o Estado de Direito democrático formal, nos termos da Constituição Federal, com uma série de canais oficiais de participação, conquistados com as lutas dos movimentos sociais. No entanto, não se pode perder de vista que, numa sociedade capitalista consolidada como a do Brasil, os canais de participação são insuficientes para efetivar a democracia.

Considera-se que as novas formas de se organizar dos movimentos sociais, apropriando-se inclusive das atuais formas de relacionar espaço e política, como parte do processo de globalização econômica e tecnológica, criam um novo nível de integração da humanidade, constituindo fatores determinantes nas transformações das práticas sociais dos movimentos sociais, conforme Ribeiro (2000). Fatores, como a utilização das tecnologias de comunicação, a introdução massiva de livros e jornais, possibilitam campos unificados de intercâmbios e comunicação e recriam formas de articulação e práticas nos movimentos sociais no mundo contemporâneo.

Da mesma forma, provavelmente com a mesma envergadura, outro aspecto relevante a ser considerado no processo histórico de organização dos movimentos sociais é a introdução e democratização das tecnologias virtuais que rompem com o tempo, o espaço e a geografia.

Bourdieu (1998) apresenta a reflexão de que os movimentos sociais devem se munir de teoria, tendo em vista que a classe dominante o faz com muita precisão, e para lutar por suas causas, os movimentos sociais devem recorrer aos mais variados mecanismos de pesquisas e estudos interdisciplinares e internacional, unindo-se aos estudiosos na produção do conhecimento.

Para que isso se realize, é necessário fortalecer e apoiar os estudos e a pesquisa sobre movimentos sociais, considerando-os como atores sociais e coletivos, fundamentais na sociabilidade e na formação política. As pesquisas podem contribuir para que os movimentos, que atuam em defesa da classe trabalhadora, fortaleçam-se e construam agendas que poderão provocar mudanças na ordem societária.

Neste sentido, estas considerações remontam às questões iniciais do trabalho, encontram respostas e problematizações mais complexas, percebendo que, na pesquisa, confirmou-se a hipótese diretriz de que as vivências cotidianas dos movimentos sociais diferenciam-se, conforme os momentos históricos, ao se observar aqueles empreendidos nos séculos passados e os atuais por meio da investigação sobre o *Fórum de Lutas* e, especificamente, as organizações de direitos humanos e de moradia.

A afirmação dos sujeitos coletivos e em cena, a partir das dimensões analisadas por Sader (1988), assinala os nexos da relação entre a crise contemporânea dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, suas expressões na história recente no Estado do Tocantins, num horizonte teórico metodológico e ideopolítico que prioriza o significado inequívoco do sujeito

sociopolítico em cena: a classe trabalhadora, a classe que vive do trabalho, os subalternizados, autores de outro projeto societário.

As transformações ocorridas na sociedade capitalista reconfiguram e criam novas formas de consolidação da hegemonia burguesa, em detrimento da classe trabalhadora, para tanto, cria e recria as mais variadas formas de dominação, conforme observado nas mudanças nas relações de trabalho com a reestruturação produtiva, que cria mecanismos de transformar a classe trabalhadora em agente amorfo, sem força, sem voz, sem vontade, sem desejo, desprovida de consciência de classe, e, conseqüentemente, sem possibilidade de luta por superação da subalternidade. A classe dominante chega a ponto de defender a inexistência da divisão de classe social, como se já tivesse sido superada a relação contraditória entre capital e trabalho.

Neste sentido, observou-se que os movimentos sociais, sujeitos coletivos capazes de construir sua própria história, considerando a realidade em que se encontram, apropriam-se dos mais variados canais de participação, produzem a construção de outra cultura, nos termos de Gramsci, necessária para que haja consciência de classe que se materialize em lutas protagônicas.

Com base nas análises teórico-conceitual e metodológica, retoma-se as hipóteses e seus pressupostos de que as contradições sociais circunscritas nos períodos históricos em estudo, originadas pela divisão de riquezas e de poder, criam e recriam as mais diversas manifestações e organizações que se transformam em movimentos sociais.

Nos momentos de crise aguda da sociabilidade do capitalismo, os movimentos sociais desenvolvem uma série de lutas no seu cotidiano, porém suas bases, em determinados momentos, vivem verdadeiras crises que, muitas vezes, enfraquecem o próprio movimento social. Confirmam, também, a hipótese de que os movimentos sociais são heterogêneos, pois lutam por questões que parecem ser particulares, no entanto são frutos das contradições criadas e recriadas pelo próprio capitalismo na concretude da sociedade contemporânea.

Sua heterogeneidade pode ser considerada como algo maior que é a própria ordem societária, quando unificada em torno de um projeto de sociedade com as transformações sociais.

São estas possibilidades abertas que fazem com que sujeitos coletivos, organizem-se, manifestem-se, e interfiram nas realidades concretas, criem alternativas e possibilidades de uma outra realidade, justa, fraterna e igualitária.

REFERÊNCIAS:

ABREU, M. M. A dimensão Pedagógica do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 15, n 79, set. 2004.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10 ed. Campinas: Cortez, UNICAMP, 2005.

----- Crise capitalista e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Capacitação e Serviço Social**. Brasília: CEFESS. 1999.

----- *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até Aliança Nacional Libertadora*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, Ensaio, 1990.

APOLINÁRIO, J. R. *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão: políticas indígenas e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007.

BIELEFELDT, H. *Filosofia dos direitos humanos*, Trad. Dankwart Bernsmuller. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. (Coleção FOCUS, 4).

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: movimento operário em Crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOBIO, N. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992

BOBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINA, G. *Dicionário de política*. 12. Ed. Brasília: Ed. UNB, 1999. 2. v.

BORGES, P. C. A. O bipartidarismo autoritário em Goiás. In: *Goiás sociedade e estado*. Org. Dalva Borges Souza. Goiânia: Cãnone, 2004.

BORON, A. A. Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: Sader, E. ; Gentile, P. (Org.). *Pró-neoliberalismo II: que Estado e que democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

----- *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRAVO, M. I. S. Desafios atuais do Controle Social no Sistema Único da Saúde – SUS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: v. 26, n 88, 2006.

CALDERÓN, F; JELIM, E. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n 5, p 67-85, out. 1987.

CANESIN, M. T. *Um protagonista em busca de interlocução: um resgate histórico do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura de 1979/1989*, São Paulo, 1993. (Tese de doutorado).

CARDOSO, F. G. *Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez; São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 1995.

CHAUI, M. *A questão Democrática*. In: *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 145.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CRUZ, J. A. *Organizações Não – Governamentais, reforma no Estado e Política no Brasil*: um estudo com base na realidade de Goiás. Campinas, 2005. (Tese de doutorado)

DAHRENDORF, R. *Ensaio de Teoria da Sociedade*. Trad. Regina Lúcia M. Morel. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EDUSP, 1974.

ESTEVAM, L. *O tempo das transformações: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FERREIRA, V. M. *Fascínio da Cidade: Memória e Projeto da Urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar, 2004.

CAMPOS FILHO, R. P. *A esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia 1972-1975*. Goiânia, 1995. (Dissertação de Mestrado)

GIRALDIN, O. (Org). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. 2 ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

GOHN, M. G. M. *Movimentos Sociais e Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994 (Questões da nossa época)

----- *História dos movimentos sociais: A construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

----- *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1991.

----- *Concepção Dialética da História*. 4. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978

GUATTARI, F. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Trad. Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUIMARÃES, P. W. Dom Fernando: o aventureiro da Fé, da Igreja e dos direitos humanos. **Revista da Arquidiocese de Goiânia**. Goiânia, v. 36, n. 2, 1995.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação*. Trad. Jorge Scares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IAMAMOTO, M. V. A nova questão social. **Revista Temporalis**. Brasília, v. 2 n. 3, 2002.

----- *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

----- *Serviço Social em tempo de capital feitiço: capital financeiro, trabalho e questão social.* São Paulo: Cortez, 2007.

JOLL, J. *As idéias de Gramsci.* São Paulo: Cultrix , 1977.

LUKÁCS, G. *Sociologia.* Trad. José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MACHADO, A. F. S. Poder público versus poder privado: Coronelismo na primeira metade do século XX no Tocantins. In: *A (trans)formação histórica do Tocantins.* 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

MARSHALL, T. H., *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, R. R. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasiliense, 1978.

MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã.* Trad. Luis Cláudio de Casta. São Paulo: Brasiliense, 1989

----- *A questão Judaica.* 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991

----- *O capital: introdução à crítica da economia política.* Trad. Reginaldo Sant'Ana. 4. ed. São Paulo: Difel, 1973.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social.* São Paulo: Cortez, 2001

MIRANDA, B. R. S. *A luta pela moradia nas cidades brasileiras: história da ocupação da quadra 1.306 Sul, em Palmas – TO*. Palmas, 2005. (monografia de graduação).

MIRANDA, T. G. *Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995*. São Paulo: 1997. (Tese de doutorado) 2. v.

MORAES, L. M. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

NASCIMENTO, J. B. *Conhecendo o Tocantins, História e Geografia*. 5. ed. Palmas: Kelps, 2007.

PAULO NETTO, J. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

PAULO NETTO, J.; CARVALHO, M. C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002

----- Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviços Social e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 50, abr. 1996.

OLIVEIRA, R. *A invenção do Tocantins*. In: *A (trans)formação histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

PARENTE, T. G. *O Averso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do Século XIX*. Goiânia: Ed. UFG, 2005.

RAICHELIS, R. Articulação entre os Conselhos de Políticas Públicas: uma pauta a ser enfrentada pela Sociedade Civil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 85, 2006.

REIMER, I. R. *Como Fazer Trabalhos Acadêmicos*. Goiânia: Ed. Da UCG; São Leopoldo: Oikos, 2007.

RIBEIRO, G. L. Política Cibercultural: ativismo Político a distância na Comunidade Transnacional Imanada-Virtual, *In: Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Novas Leituras, 2000.

ROCHA, M. J. P.; FREITAS, R. A. M; SOUSA, R. S. Os movimentos sociais e seu papel educativo. *In: Profissão Professor: identidade e profissionalização docente*. Org. Iria Brazezinski. Brasília: Plano, 2002.

SADER, E. *Quando Novos Personagens entram em Cena: experiências, falas, lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, J. S. A Cenog no discurso de seus integrantes. *In: A (trans)formação histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

SANTOS, S. M. M. Há necessidade dos direitos humanos para a formação de uma cultura política emancipatória. **Revista Temporalis**. Brasília, v. 3, n. 5, jan/jun. 2002.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed.: Ed. da UFSC, 1989.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, B. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV 1986.

SILVA, M. A. *Normas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos na UCG*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004

SILVA, O. B. *Breve história do Tocantins e de sua Gente: uma luta Secular*. Brasília: Solo, 1996.

SILVA, V. G. B. *O movimento nacional de direitos humanos e a questão da violência institucionalizada (1986 – 1996)*. Brasília, 1999. (Dissertação de mestrado).

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, São Paulo: Cortez, 1999.

TOURAINÉ, A. *Em defesa da sociologia*. Trad. Luiz Fernando Dias Duarte, Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TOCANTINS. Secretaria Estadual de Planejamento. *Anuário Estatístico do Estado do Tocantins*. Palmas, 1997.

VIANA, N. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiomé, 2003.

VIDAL, J. P. Mudança social, novos movimentos sociais e cooperação internacional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, a. 16, n. 48, 1995.

OUTRAS FONTES

Atas de 1995 a 2007 do Centro de Direitos Humanos de Palmas Tocantins
CÓDIGO DE HAMURÁBI. <http://www.mndh.org.com.br>. acesso, 23 de maio de 2004.

Diagnóstico da atuação dos 10 anos do Centro de Direitos Humanos de Palmas Tocantins de 1995 a 2005.

Estatuto do Centro de Direitos Humanos de Palmas Tocantins.

Folder de 2007 do Centro de Direitos Humanos de Palmas Tocantins

Relatório de Atividades de 2007 do Centro de Direitos Humanos de Palmas Tocantins.

Relatório do Fórum de Lutas dos Movimentos Sociais organizado pelo CDHP/2007.

Atas de 1999 a 2007 do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas Tocantins.

Estatuto do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas Tocantins.

Fotografias de 2003 a 2007 do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas Tocantins.

Relatório de Atividades de 2007 do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas Tocantins.

BRASIL. MDS. www.mds.gov.br, acesso 25 de setembro de 2006.

www.tre-to.jus.br acesso 05 de março de 2008.

ANEXO

QUADRO CARACTERIZAÇÃO DO FÓRUMESTADUAL DE LUTAS POR TERRA, TRABALHO E CIDADANIA DO TOCANTINS.

Dados históricos	Caracterização do FORUM	Caracterização dos movimentos
<p>Criação: criado em 1995, por movimentos sociais ligados aos partidos de esquerda e pela CEB'S, com forte organização no Tocantins.</p> <p>Conjuntura: instaurado no momento que os movimentos sociais vêm instalando-se no Tocantins e articulam-se, para fortalecer suas lutas, no momento em que o município de Palmas encontra-se em pleno processo de instalação. Criado em 1989, já se encontra no seu segundo mandato, no governo municipal, com Odir Rocha e no terceiro mandato, no governo estadual com José Wilson Siqueira Campos.</p> <p>A criação do Estado é uma conquista coletiva do povo de Tocantins. No entanto, encontra-se como gestor deste estado um governo autoritário, que levou os movimentos sociais a desenvolverem uma série de ações, inclusive manifestações públicas para retirar da gestão pública esse governador, que esteve no poder por três mandatos.</p>	<p>A organização do Fórum de Lutas dos Movimentos Sociais, Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins é fruto da aliança dos movimentos classistas, camponês e de cidadania.</p> <p>O Fórum de Lutas constitui uma estratégia de organização dos Movimentos Sociais no Tocantins, em face do Estado na busca de efetivação de direitos.</p> <p>As lutas:</p> <p>Fortalecer os movimentos sociais, vinculados às questões da terra e do trabalho.</p> <p>Ampliar e congregar uma série de movimentos ligados às questões da cidadania, como é o caso dos segmentos de gênero e LGBT.</p> <p>As lutas são materializadas nas demandas trazidas pelos movimentos componentes do Fórum de Lutas, mediante:</p> <p>manifestação por salários mais justos; seminário: terras, águas e desenvolvimento; manifestações diversas; manifestação contra ditadura de Siqueira; manifestações junto com MST; participação de manifestações nos Fóruns social Mundial; manifestação pela paz; seminário sobre prostituição e dignidade humana; manifestações para tirar do poder Siqueira; manifestação por justiça; manifestação contra a AIDS; participação no Fórum da Amazônia Oriental –</p>	<p>Movimentos urbanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Defesa das minorias • Defesa de causas universais • Classistas • Reivindicações urbanas <p>Movimentos de trabalhadores rurais</p> <p>Movimentos urbanos:</p> <p>Movimentos em defesa das minorias:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Grupo Ipê Amarelo GIAMA; 2. Casa da Mulher Oito de Março; 3. Grupo da Consciência Negra no Tocantins - GRUCONTO; 4. Conselho Indigenista Missionário - CIME. <p>Movimento em defesa de causas universais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Meio Ambiente; 2. Associação dos catadores de materiais recicláveis da Região Centro Norte de Palmas - Ascampa 3. Centro de Direitos Humanos de Araguaína; 4. Centro de Direitos Humanos de Araguaia; 5. Centro de Direitos Humanos de Cristalândia; 6. Centro de Direitos Humanos de Taguatinga; 7. Centro de Direitos Humanos de Gurupi; 8. Centro de Direitos Humanos "Pe. Josimo" – Araguatins; 9. Centro de Direitos Humanos de Formoso do Araguaia; 10. Núcleo de Direitos Humanos "Irmã Odélia Kloc"; 11. Centro de Direitos Humanos de Palmas. <p>Organizações de Classe:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sindicato dos Servidores Públicos Federais - SINTSEP;

	<p>FAO; manifestações de lutas pela Moradia; manifestações contra violência, contra a mulher;</p> <p>Estrutura participativa</p> <p>O Fórum elege entre seus pares uma coordenação composta por três movimentos sociais; reuni-se uma vez por mês; e participa de outros fóruns, como: Fórum da Amazônia Oriental - Fao e o Fórum Social Mundial</p> <p>Coordenadores (perfil desses coordenadores):</p> <p>Movimento dos atingidos por barragens - Mab, com significativa atuação no Estado, por sua densidade, e por tratar-se de movimento ambientalista e de defesa dos atingidos pela construção de hidrelétricas. Centro de Direitos Humanos – CDHP, constitui um dos principais movimentos de articulação dos outros movimentos sociais. E, sendo de defesa de questões universais, tem uma base sólida e consolidada no estado e principalmente em Palmas. Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, movimento de luta por questões urbanas. Reconhecido como um movimento de atividades em massa e pela sua participação na organização da população, na construção e entrega de casas populares, em projetos populares.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins SINTET.; 3. Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e mobiliária do TO - SINTCIMTO; 4. Sindicato dos Trabalhadores em Saúde - SINTRAS; 5. Sindicato dos Fiscais do Estado do Tocantins - SINDFISCAL; 6. Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado do Tocantins - SECETO; 7. Central Única dos Trabalhadores - CUT; 8. Associação dos Servidores da caixa Econômica Federal De Palmas; 9. Sindicato dos Jornalistas; 10. COM SAÚDE. <p>Movimentos e Organizações de reivindicação urbana:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Movimento Nacional de Luta Pela Moradia - MNLM - TO; 2. Diretório Central dos estudantes da Universidade Federal do Tocantins – DCE/UFT; 3. União Nacional dos Estudantes - UNE; 4. Visão Mundial; 5. Comunidade Kolping; 6. Centro de Defesa da Criança e do Adolescentes CEDECA/TALITA, CÚMI; 7. Movimentos dos Sem Universidade – MSU: Centro de Educação Popular - CEP <p>Movimentos Rurais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Movimento dos Atingidos por Barragens - Mab; 2. Apa - TO; 3. Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - Coopter; 4. Movimento das Quebradeiras de coco - MMC; 5. Movimento dos Sem Terra - MST/TO; 6. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET;
--	---	--

Fonte: Dados organizados, a partir da análise documental do Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania. Ano: 2009

LISTA DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS QUE COM PÕE O FÓRUM DE LUTAS, TERRA, TRABALHO E CIDADANIA DO TOCANTINS DE 2007.

ENTIDADE	Classificação	ENDEREÇO	FONE	E_MAIL	Coordenador (a)
1. Mab_movimento dos Atingidos por Barragens	ambiental/rural	Rua JK, nº. 603 Jardim Brasília cep 77500-000	3363 6012 9211 4472	mabamazonia@yahoo.com.br	Cirineu da Rocha
2. MST/TO Movimento dos Sem Terra	rural	Araguaina			
3. MNLM_TO Movimento Nacional de Luta Pela Moradia	urbano	1.306 sul, Al: 02 Lt: 42 QI: 1	3217 4890	elitasantosilva@hotmail.com	José Afonso de Oliveira
4. Pastoral da Criança	Urbano/religioso				
5. SINTSEP_ sindicato dos Servidores Públicos Federais	Urbano/sindicalista	402 Sul, Av. SNB, Conj: 02 Lt: 09	3214 2031/3341	sintsep@terra.com.br	Wilson da silva rocha
6. SINTET_ Sind. Dos Trabalhadores em Educação do Est. Do Tocantins.	Urbano/sindicalista	110 norte al 25 lt 31	3225 1295	sintet@uol.com.br	José Roque
7. SINTCIMTO_ Sind. Dos Trabalhadores na Construção Civil e mobiliária do TO.	Urbano/sindicalista	Av.: Pernambuco, entre as ruas 13 e 14 n 1073 centro CEP:77410 040	3312 2320 3602 2138 3421 2054	cintcimto@ibest.com.br	Daniel Barbosa Lima
8. SINTRAS_ Sindicato dos Trabalhadores em Saúde.	Urbano/sindicalista	110 norte al 25 lt 17	32131177	sintras-to@uol.com.br	Manoel Pereira
9. SINDFISCAL_ Sindicato dos Fiscais do Estado do Tocantins.	Urbano/sindicalista	104 Sul, Se:07, Coj: 01 Lt 31, sala:203 e 204	3215 7716	sindifiscal@sindifiscal.com.br	José Ronaldo
10. SECETO_ Sindicato dos Empregados no Comércio no Est.	Urbano/sindicalista	208 Sul, Av Lo 03 lt 06 sala 01	3215 4421	seceto@uol.com.br	Bráulio Alves

Tocantins					
11. Visão Mundial	Urbano/Formação profissional	Araguaina	34212478		
12. Comunidade Kolping	Urbano/Formação profissionalizante	305 Norte QI 30 Al: 31 Lt: 04	3224 1575	Ckpalmas@pop.com.br	Hildenê Santos
13. DCE_ UFT	Urbano/educação		3232 8180		
14. Centro de Educação Popular	Urbano/educação	303 Norte Al 13 Lt 26	92091794	vanircep@yahoo.com.br	Vanir Ilídio
15. CUT_ Cen. Única dos Trabalhadores	Urbano/sindicalista	103 Norte, Rua; NO: 11, Lt:31	3225 3566 3225 6040	cut_toc@yahoo.com.br	José Roque
16. CIMI_ Conselho Indigenista Missionário	etnico	404 Norte Al 25 a, Lt 69		cimigoto@brturbo.com.br cimigoto@uol.com.br	Sara Sanchez
17. Casa da Mulher Oito de Março	Urbano/gênero	Arno 32, QI 20 al 21 Lt 10	3224 2002		Eliane Cardoso
18. Assoc. Dos Serv. Da caixa Eco. Fede. De Palmas	Urbano/sindicalista	Alcso: 55, Conj. 01 Lt.:04	3215 4068 9978 3367	apcefto@uol.com.br	Marcélio Bezerra Maia
19. UNE	Urbano educação				
20. Sind. Dos Jornalistas	Urbano/sindicalista	104 norte rua ne 09 Lt 17 sala 03 CEP;77006028	3215 7268	sindjoto@gmail.com	Elcio Mendes
21. FETAET Federação dos trabalhadores na agricultura do estado do Tocantins	Rural/sindicalista	904 sul, al 12 Lt 18	3214 5580	fetaet@terra.com.br	Antonio Batista
22. COM SAÚDE	Urbano/sindicalista	Rua: Coronel Pinheiro, nº. 1785 - Centro Porto Nacional	3363 1289	comsaude@ig.com.br	Maria jose
23. GRUCONTO	Urbanos/Grupo de consciência negra do tocantins	603 sul AL 14 Lt 14	9223 1479 3218 1669	barbosaej@uol.com.br	Maria Luiza
24. GIAMA- Grupo Ipê Amarelo	Urbano/GLBT	110 norte al 25	3218 5620	giamaglbt@yahoo.com.br	Silvanio Coelho

		lt 31			
25. Apa _ TO	Rural/ambientalista	403 sul al 19 lt 12 CEP:77176020	3216 3484	Apa-to@uol.com.br	Maria Senhara
26. CEDECA	Urbano/criança e adolescente				
27. OIT	religioso	Av. Joaquim Teotônio Segurado, 101 sul lt 03 Edf. Carpedim sala 02	3218 3632 8412 6393	ivanguarany@bol.com.br	Ivan Guarany
28. Instituto de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Meio Ambiente	Urbano/universal/dh	305 Norte QI 30 Al: 31 Lt: 04	32242904	idpdhma@uol.com.br	Fátima Dourado
29. Ascampa associação dos catadores de materiais recicláveis da Reigão Centro Norte de Palmas	urbano	305 Norte QI 30 Al: 31 Lt: 04	3224 4819	ascampato@yahoo.com.br	Maria Edileuza
30. Centro de Direitos Humanos de Araguaina	Urbano/universal/dh	Rua 08, nº. 809, Bairro São João, Araguaina – TO, CEP 77.807-280	(63) 3412.4590	eny@ibest.com.br eldaamachado@hotmail.com ccdhc@uol.com.br	Claudiene Gomes Borges
31. Centro de Direitos Humanos de Araguanã	Urbano/universal/dh	Avenida Entre Rios, 301, Centro, Araguanã – TO, CEP 77.855-000	(63) 3428.1260	dinasanchescdh@hotmail.com	Mª Valdina Sanches–
32. Centro de Direitos Humanos de Cristalândia - CDHC	Urbano/universal/dh	Avenida Castelo Branco, 675-A, Centro, Cx. Postal 65, Paraíso do	(63) 3602.1207	cdhcto@cultura.com.br	Heriberto Hermes

		Tocantins – TO, 77.600-000			
33. Centro de Direitos Humanos de Taguatinga	Urbano/universal/dh	Rua Manoel José de Almeida, s/n, Centro, Caixa Postal 215, Taguatinga – TO, CEP 77.320-000	(63) 3654.1792	cdht@zipmail.com.br cdhtt@bol.com.br	Maria Veroni Martins
34. Centro de Direitos Humanos de Gurupi	Urbano/universal/dh	Avenida 03, Quadra 06, Lote 01, Jardim Tocantins, Gurupi – TO, 77.440-030	(63) 3312.0350 (63) 8116.7496		Almerinda Aquino Gama
35. Centro de Direitos Humanos “Pe. Josimo” – Araguatins	Urbano/universal/dh	Rua Couto Magalhães, 311, Centro, Araguatins – TO, CEP 77.950-000	(63) 3474.2295	– ediramar@yahoo.com.br cdhpi@yahoo.com.br	Lorival Oliveira
36. Centro de Direitos Humanos de Formoso do Araguaia	Urbano/universal/dh	Rua Hermínio de Azevedo Soares, Centro, 316, Formoso do Araguaia – TO, CEP 77.470-000	33572058	M ^a F.C. Mendonça – mfrancarvalho@hotmail.com Frei José Fernandes – justpaz@dominicanos.org.br	
37. Núcleo de Direitos Humanos “Irmã Odélia Kloc”	Urbano/universal/dh	Rua Carlos Ribeiro, s/n, Centro, Centro Comunitário, Caseara – TO, 77.680-000	(63) 3379.1455	missaverde@cultura.com.br	Genival Araújo
38. Centro de Direitos Humanos de Palmas	Urbano/universal/dh		3215-3309		
39. CRB_ Conferência das Religiosas do Brasil	Religioso	Qd 106 sul, al 04 It 05 apt.104	3215 2715 3217 2831	Crb_to@uol.com.br	Selma Souza
40. Igreja Anglicana	Religioso	503 Norte AL 05 It	9225 8209	misselicardoso@yahoo.com.br	Israel Cardoso

		09 Qd. 03			
41. Igreja Luterana	Religioso	206 sul, al 06 lt 01	3215 8136 9212 5467	camuzi@oi.com.br	Luciano Camuzi
42. Fé Baha'i	Religioso			joselia.lima@pop.com.br	Josélia Lima
43. Eubiose Palmas	Religioso	106 norte al 14 casa 03 centro	3215 44 90 3215 8581	www.eubiose.com.br	Cristina Mendanha
44. Eubiose Porto Nacional	Religioso	Av.: Manoel José pedreira nº. 906 Aeroporto 77500-000	33631783	juliotlima@uol.com.br julio@icaroartes.com	Júlio Teixeira
45. Budista socc/a Gaccai	Religioso	Rua 2 apm 07 Aureny IV	32185414		Nonato/ Tânia
46. Sto. Daime	Religioso			drpaulosoares@yahoo.com.br	Paulo Soares
47. Esc. de C. da Ayoasca mística universal- Palmas	Religioso	104 sul, feira do comércio de Palmas bloco A loja 05	92233232		Rogério Cunha
48. Candomblé	Religioso		321455253		Deise Marsol
49. Católica/brasileira	Religioso	Qd 308 sul al 01 nº 27 cep77021060	32121521 3218 1915	domsilvapalmato@bol.com.br	D. Silva
50. Sto. Daime	Religioso		81191388		Daniela
51. Luz fluente	Religioso		99792227		Sávio
52. Candomblé	Religioso	407 Norte QI 25 Al 06 Lt 16	99998355		Mãe Magna de Oshum

53. Messiânica	Religioso		99808102		Nan Ci
54. Secho noiê	Religioso			nylva11@gmail.com	Nilva
55. Hare Krishna	Religioso		3218 6251		Antônio
56. Candomblé	Religioso	504 Sul, Av.: lo 11, Lt 15	88878606/321 44598	Do_1962@hotmail.com	Mãe Isa

